



ibram
instituto brasileiro de museus

Instituto Brasileiro de Museus

RELATÓRIO DE GESTÃO

exercício 2020



Este é o Relatório de Gestão Ibram – ano 2020.

O objetivo deste relatório é permitir aos cidadãos brasileiros compreenderem a atuação do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram nas políticas públicas culturais para promover o crescimento e o desenvolvimento do campo museal, preservar e democratizar o acesso ao patrimônio musealizado, exercendo sua função social.

Este relatório apresenta à sociedade, inclusive aos órgãos de controle, os valores e os resultados produzidos e entregues pelo Ibram, além de demonstrar seu nível de governança, com eficácia, eficiência, conformidade e economicidade.

As informações aqui contidas referem-se ao ano de 2020 e foram aprovadas pela Diretoria Colegiada, órgão colegiado responsável pela governança do Ibram. Adicionalmente, a Auditoria Interna do Ibram procedeu à validação das informações contidas no presente documento, no contexto das normas de auditoria, conforme reportado em seu Relatório de Auditoria Interna, anexo deste relatório. Este documento está organizado da seguinte forma:

- **Mensagem do Presidente do Instituto Brasileiro de Museus** contendo, o resumo dos principais resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos e às prioridades e desafios da gestão;
- **Visão geral organizacional e ambiente externo**, capítulo que trata das informações que identificam o Ibram (missão e visão), sua estrutura organizacional e de governança, o ambiente externo em que atua, bem como seu modelo de negócio;
- **Riscos, oportunidades e perspectivas**, capítulo que demonstra os avanços que o Ibram vem realizando no cumprimento da Política de Gestão de Riscos e Controles internos;
- **Governança, estratégia e desempenho**, demonstrando como a unidade planejou o cumprimento da sua missão (abrangendo o valor a ser gerado e os beneficiários a serem atendidos) demonstrando: os principais objetivos estratégicos estabelecidos para o exercício e Resultados da área e gestão interna;
- **Informações orçamentárias, financeiras e contábeis**, evidenciação da situação e do desempenho financeiro, orçamentário, contábil e patrimonial da gestão no exercício, por meio de demonstrações resumidas de valores relevantes extraídos das demonstrações financeiras e das notas explicativas;
- **Anexos, apêndices e links**

Boa leitura!

RELATÓRIO DE GESTÃO IBRAM ANO 2020

1. Mensagem do Presidente do Ibram.....	4
2. Visão geral organizacional e ambiente externo.....	6
Identificação do Ibram.....	6
Estrutura organizacional.....	7
Estrutura de governança.....	8
Modelo de negócios.....	9
Cadeia de valor.....	10
Políticas e programas de governo.....	11
Ambiente externo Riscos, oportunidades e perspectivas.....	12
3. Gestão de riscos e controles internos..	17
4. Governan., estratégia e desempenho ..	28
Estratégia.....	28

Apoio da estrutura de governança à capacidade do Ibram de gerar valor.....	30
5. Resultados e desempenho da gestão...33	
Resultados alcançados ante os objetivos estratég. e as prioridades da gestão.....	36
Resultados das princ. ações do Ibram...39	
Gestão orçamentária e financeira.....	41
Gestão de pessoas.....	42
Gestão de custos, licitações, contratos e convênios.....	53
Gestão patrimonial, infraestrutura e Sustentabilidade.....	56
Gestão e Governança da tecnologia da informação.....	57
6. Informações orçamentárias, financeiras e contábeis.....	61
7. Anexos, apêndices e links.....	94

Mensagem do Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, Pedro Mastrobuono



Os museus desempenham um importante papel na preservação e na proteção das memórias, seja pelo fortalecimento dos laços culturais que caracterizam os grupos sociais, seja pela disseminação de conhecimento e cultura, que possibilita uma melhor compreensão estimulando uma reflexão sobre o presente e possibilitando projeções para o futuro. O reconhecimento da relevância dessas instituições como um ativo estratégico para a cultura nacional culminou na criação do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, ainda em 2009, resultado de um longo processo democrático organizado pelo setor museológico brasileiro em torno da construção de uma Política Nacional de Museus - PNM.

Onze anos após a criação do Ibram, o campo museal brasileiro se fortaleceu com a expansão conceitual do fazer museológico e com a consolidação de uma legislação própria e inédita no país. Responsável pela gestão da Política Nacional de Museus, o Instituto é o principal interlocutor na busca por melhorias dos serviços do setor, tais como difundir conhecimentos, estimular o aumento de visitação e de arrecadação dos museus, o fomento de políticas de aquisição e de preservação de acervos, além de fomentar ações integradas entre os museus brasileiros e as instituições congêneres de outros países. Neste relatório, as principais ações do Ibram são explicitadas por meio de projetos que seguem as diretrizes de seu mapa estratégico, voltadas para a gestão, normatização e regulação do setor; preservação, difusão e acesso; fomento, sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental; e geração e difusão do conhecimento. Os 30 museus, integrantes da estrutura do Ibram ocupam uma área de mais de 931 mil m², composta por 99 edificações (81 mil m²), incluindo jardins históricos, espaços verdes, áreas de proteção ambiental e matas nativas. Suas áreas expositivas representam mais de 47 mil m². A gestão e manutenção desses museus representam um grande desafio, uma vez que são imóveis históricos, tombados em nível federal pelo Iphan que, por essa

razão, possuem especificidades próprias. No contexto de atual, após a interrupção das atividades presenciais dos museus em decorrência da pandemia causada pela Covid-19, o Ibram ampliou suas ações no meio virtual, realizando, por exemplo,, a partir do mês de abril, encontros virtuais denominados de *Ibram ComPartilhando*. **Esta ação nasceu como uma maneira da Autarquia continuar atuando na discussão sobre políticas públicas voltadas para o setor e de estreitar o relacionamento entre os profissionais de museus.** Nesta mesma formatação, à distância, as ações do *Programa Saber Museu*, lançado em 2019, foram ampliadas. Também fortalecido no ambiente virtual no exercício de 2020 o *Programa Acervo em Rede*, **que tem por objetivo ampliar o acesso ao patrimônio cultural musealizado**, a partir do desenvolvimento e uso da **plataforma Tainacan**, o Programa **visa atender às necessidades de inventário, catalogação, difusão e integração de coleções.** No contexto de fortalecimento das políticas públicas **celebramos acordo de cooperação técnica com BNDES para modelagem de fundo patrimonial filantrópico para museus, também conhecido como *endowments*.** Os fundos patrimoniais filantrópicos visam destinar doações filantrópicas para financiar causas de interesse público. Durante o ano de 2020, **as obras de modernização e**

adequação de algumas unidades museais do Ibram tiveram continuidade. Com a proposição de alteração de normas que visem o desenvolvimento dos museus brasileiros e a efetiva implementação de políticas públicas para o setor museológico, o Ibram contribuiu na **construção de uma proposta de alteração da Lei dos Direitos Autorais – LDA.** A Preservação e funcionamento das atividades administrativas e dos serviços considerados essenciais ou estratégicos de forma remota, em resposta à situação de restrições impostas pelo estado de pandemia decorrente do Covid-19, sem perda relevante da produtividade ou desempenho dos serviços foi um esforço de todo corpo do Ibram no ano de 2020, mesmo com relevante contingenciamento de mais de 10 milhões no nosso orçamento. No âmbito da Política de Desenvolvimento e Valorização de Pessoas, iniciamos a implementação da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020 que regula a modalidade de teletrabalho. **Por fim, reforçamos a importância dos museus na vida social brasileira**, como processos socioculturais colocados a serviço da democracia e como uma ferramenta de desenvolvimento social e assumimos o desafio de incentivar a conscientização social de todos os segmentos da sociedade, promovendo e efetivando o seu direito à memória. **Razão pela qual a enxergamos como, necessariamente, política de Estado.**

2. Visão geral organizacional e ambiente externo

Identificação do Ibram

QUEM SOMOS

O Instituto Brasileiro de Museus foi criado em janeiro de 2009, com a assinatura da Lei nº 11.906. Vinculada ao Ministério do Turismo, a autarquia é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor, além de ser responsável pela administração direta de 30 museus.

VISÃO
Ser referência na gestão de políticas públicas e na geração e difusão de conhecimento para o campo museal



- VALORES**
- Visão museológica
 - Memórias e Identidades
 - Patrimônio
 - Natureza Educativa
 - Diversidade
 - Relevância Social
 - Sustentabilidade
 - Acessibilidade Universal
 - Transparência

Normas de atuação

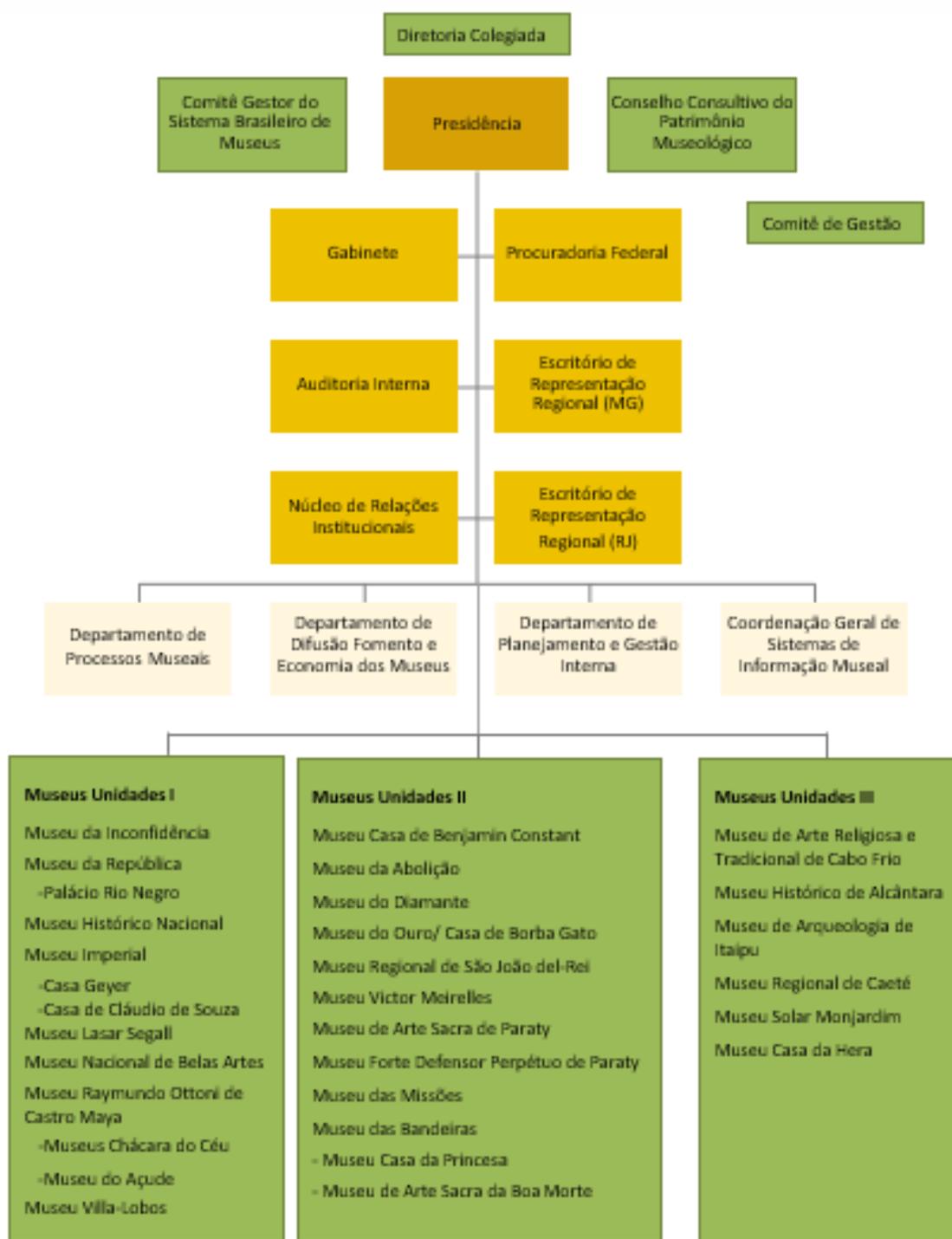
- ♦ Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto dos Museus, regulamentada pelo Decreto no 8.124, de 17 de outubro de 2013.
- ♦ Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Lei de criação do Instituto Brasileiro de Museus. Está regulamentada pelo Decreto no 8.124, de 17 de outubro de 2013.
- ♦ Lei nº 12.840, de 09 de julho de 2013. Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve.
- ♦ Decreto nº 6.845, de 07 de maio de 2009. Aprova a estrutura regimental e o Quadro demonstrativo dos Cargos em comissão e das Funções Gratificadas.
- ♦ As competências de cada área estão dispostas no Decreto nº 8.904, de 17 de novembro de 2016, altera o Decreto nº 6.845, de 07/05/2009.

Link de acesso às Normas Ibram (<https://www.museus.gov.br/legislacao-e-normas/>)

Leis: <https://www.museus.gov.br/leis/>

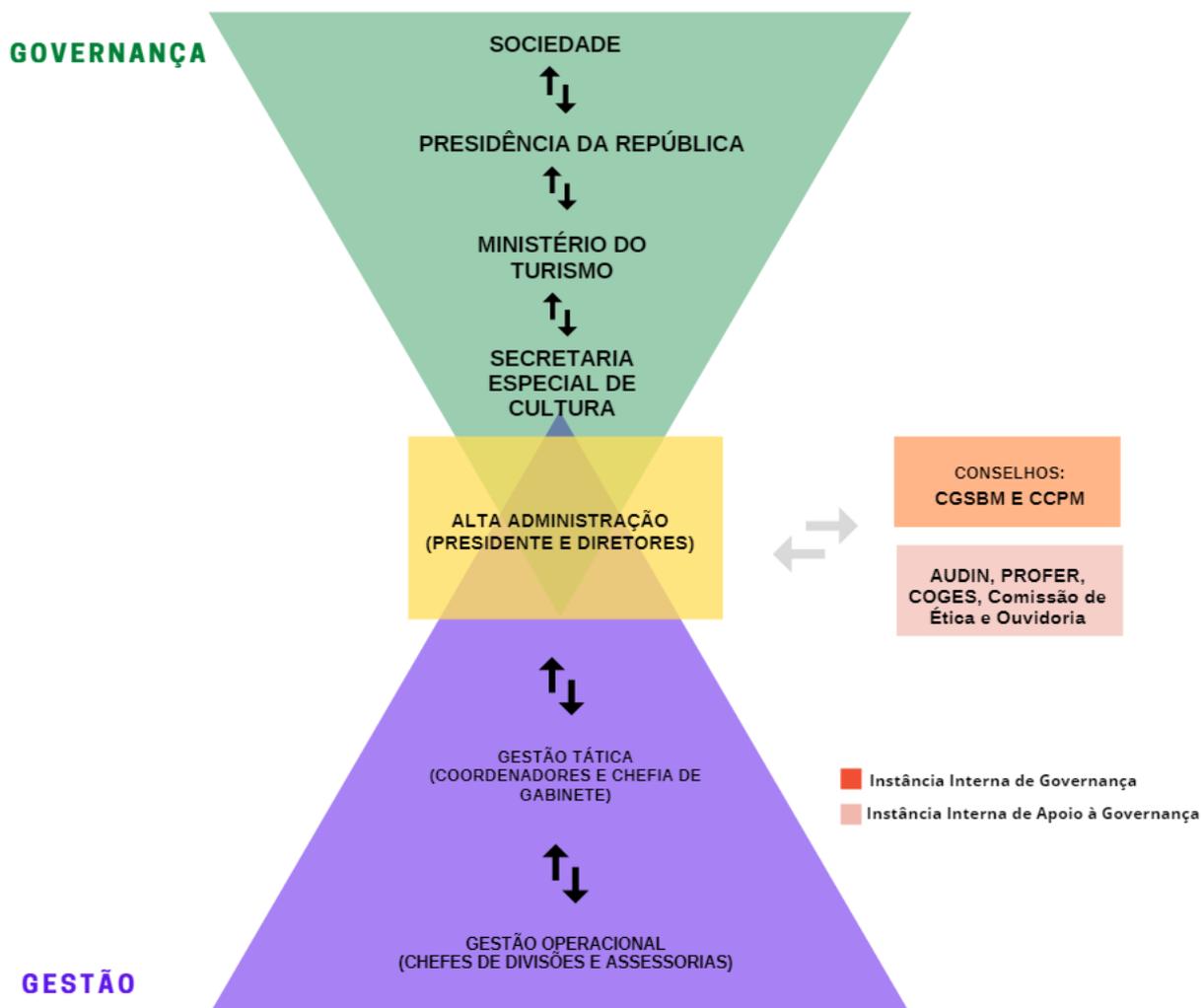
Decretos: <https://www.museus.gov.br/decretos/>

Estrutura organizacional



Estrutura de Governança

O modelo de governança do Ibram tem base nas referências de melhores práticas de governança e gestão, incluindo o Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Ações Indutores de Melhorias do Tribunal de Contas da União - TCU. Apresentamos as principais instâncias de governança no contexto do Ibram.



Modelo de negócios

O modelo de negócios é o sistema de transformação de insumos (capitais ou recursos) em produtos e impactos por meio das atividades do Ibram, a fim de cumprir seus objetivos estratégicos e gerar valor ao longo do tempo. Em outras palavras, é a descrição dos principais recursos (ou capitais) usados, suas atividades de negócio e seus produtos, bem como dos impactos que eles causam (internos ou externos, positivos ou negativos), e, ainda, do valor gerado e da sua distribuição às partes interessadas. Conforme imagem.

Link: Tabela do Modelo de Negócio <https://www.museus.gov.br/sobre-o-orgao/gestao-estrategica/> - aba 2

NOSSOS CAPITAIS



HUMANO

1081 colaboradores

INTELLECTUAL

Foram investidos o valor de R\$ 7.740,00 (sete mil setecentos e quarente reais) em ações de capacitação para servidores

PATRIMÔNIO

30 Museus que ocupam 931 mil/m² de área, composta por 99 edificações, com área expositiva de 47 mil/m²

INVESTIMENTOS

62 milhões em manutenção e funcionamento dos 30 museus

Aplicados aos nossos Processos

- Articulação de parceria entre o Comando do Exército, representado pelo Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército - DPHCex e o Instituto Brasileiro de Museus, para prover apoio técnico
- Apoio técnico à proposta de modernização e ampliação do complexo cultural do Museu Aeroespacial, da Força Aérea Brasileira
- Apoio técnico para o projeto de implantação do Museu Marítimo do Brasil (MuMa), da Marinha do Brasil
- Obras de Modernização e adequação das unidades museais do Ibram - Projetos desenvolvidos com recursos provenientes do Fundo de Direitos Difusos - FDD
- Acordo de Cooperação Técnica entre o Ibram e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para modelagem de fundo patrimonial filantrópico para museus, também conhecido como endowment.
- Plataforma de EaD - Programa Saber Museu, que objetiva a disponibilização de conteúdos para a difusão do conhecimento e o aprimoramento profissional do campo museal
- Ibram ComPartilhando - encontros virtuais via Instagram (com reprodução também no Canal do Youtube), de abril a dezembro de 2020
- Projeto Tainacan, plataforma online para a criação de repositórios digitais com sistemas de busca integrada, configuração de metadados e difusão dos acervos em rede com foco em mídias digitais
- Proposta de alteração da Lei dos Direitos Autorais - LDA, a alteração propõe a inclusão de um inciso que oportuniza aos museus ter excepcionalidade na utilização de imagens das obras sob sua guarda sem que isso constitua ofensa aos direitos autorais.

Resultam em PRODUTOS

- Difusão dos acervos

Série Conhecendos Museus; Projeto Google Arts & Culture; Projeto Tainacan; Ampliação de Acervos e Produtos Associados a Acervos Museais.

- Conservação e Modernização dos Museus

Investimento em 5 museus Ibram com foco na requalificação arquitetônica

- Saber Museus

Disponibiliza cursos, animações, tutoriais, publicações, podcasts, apresentações, entre outros

IMPACTOS

46 instituições com 119 atividades culturais cadastradas na Semana Nacional de Museus e 520 instituições com 1.385 atividades culturais cadastradas na Primavera de Museus.

Total 566 instituições com 1.504 atividades virtuais cadastradas Primavera de Museus

São 56,3 milhões de reais (FDD) para aplicação de requalificações arquitetônicas, expográficas e ações de conservação de acervos para os próximos 2 anos aos Museus Ibram.

46.000 inscritos nos 6 cursos atualmente ofertados pelo programa, com mais de 280 mil visitantes à plataforma

Cadeia de valor

Missão

Promover a valorização dos museus e do campo museal a fim de garantir o direito às memórias, o respeito à diversidade e a universalidade de acesso aos bens musealizados.

Estratégicos

Ampliar o acesso ao patrimônio museológico

Preservar o patrimônio museológico brasileiro

Finalísticos

Gerir acervo museológico

Promover museologia social e educação

Gerir difusão, fomento e economia dos museus

Gerir sistemas de informação museal

Gerir espaços museais e arquitetura

Suporte

Gerir aquisições de bens e serviços

Gerir patrimônio, infraestrutura e logística

Gerir auditorias

Gerir pessoas

Gerir orçamento e finanças

Prover consultoria jurídica

Visão

Ser referência na gestão de políticas públicas e na geração e difusão de conhecimento para o campo museal.

Políticas e Programas de Governo

Este item trata da relação de políticas e programas de governo, bem como de programas do PPA e de outros planos nacionais, setoriais e transversais de governo nos quais atua, com seus respectivos objetivos e metas.

Apresentamos os resultados do Instituto nas metas do Programa Cultura no PPA 2020-2023.

PPA 2020-2023

Objetivo: Implantar, recuperar ou modernizar equipamentos culturais de diversos tipos.

Resultado 2020: 7 ações em museus Ibram

Objetivo: Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural.

Resultado 2020: 13 projetos culturais fomentados e incentivados.

Indicação de endereço na internet onde se encontram os planos de ação por meio dos quais se desdobram os mencionados objetivos, contendo, pelo menos, o nome do plano desdobrado, as organizações responsáveis, as partes interessadas e os resultados alcançados e planejados.

Link da Tabela das Políticas Programas de Governo:

<https://www.museus.gov.br/sobre-o-orgao/gestao-estrategica – aba 1>

Ambiente externo

Cenário Nacional

Hoje, podemos afirmar que trabalhamos com um conceito ampliado de cultura, ultrapassando a ênfase nas artes consolidadas e definindo-a como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos, como manifestações que têm força simbólica e reconhecimento nas sociedades.

Dentro deste panorama, os museus tem grande importância na vida cultural e social brasileira, como processos socioculturais colocados a serviço da democracia, da sociedade e como uma ferramenta de desenvolvimento social.

Os museus brasileiros, na sua diversidade, são agentes que inter-relacionam múltiplas políticas, estéticas, formas de fazer, de saber, de conhecer – reveladoras das várias facetas do inesgotável repertório da cultura brasileira.

Museus dialogam com o passado e com o presente - mas também são fundamentais na criação de futuros, na propagação do conhecimento.

Em dezesseis anos, o campo museal brasileiro fortaleceu-se de forma histórica com a ampliação conceitual do fazer museológico e a consolidação de uma legislação própria, inédita na

história do país e referência em nível internacional.

Partindo do marco legal da Política Nacional de Museus (PNM) e suas premissas, bases teóricas e práticas foram criadas, possibilitando a construção do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), do Cadastro Nacional de Museus (CNM), do Estatuto de Museus, e culminando na criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que simboliza não um marco final, mas o início de uma nova era para a cultura brasileira.

A Política Nacional de Museus traz importantes desafios para o Ibram e para o Ministério do Turismo. Um dos mais graves problemas das políticas públicas de cultura era a descontinuidade das ações e a perda das conquistas alcançadas, o que produzia um ambiente de desconfiança e descrença. A construção de uma política nacional elaborada de forma participativa objetiva a sua continuidade, consolidação e apropriação pela sociedade.

Por tudo isso, preservar o caráter participativo e democrático da atual Política de Museus é fundamental. Essa preservação depende da atuação direta e engajada dos diversos agentes sociais

envolvidos com o seu processo de construção, somados aos aparelhos públicos, estatais ou não – que se dedicam à sua sistematização.

O enfrentamento dessa questão levou o Ministério do Turismo, a SECULT e o Ibram a dedicarem-se com atenção à continuidade das ações da Política Nacional de Museus, do Plano Nacional de Cultura (PNC), do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) e das demais ações que possam garantir o seu futuro, levando em conta as diretrizes: cultura como direito, cultura como bem simbólico e cultura como ativo econômico.

O Estatuto de Museus, marco legal, criado pela Lei nº 11.904/09 e regulamentado pelo Decreto nº 8.124/13, que organiza e normatiza o funcionamento dos museus em todo território nacional, é a principal ferramenta de gestão do Ibram e dos museus brasileiros.

O Instituto Brasileiro de Museus, que em 2020 completou 11 anos, mesmo diante de um cenário sem precedentes com a tragédia provocada pela Covid-19, exalta o reconhecimento efetivo que a especificidade do campo museal requer e justifica, sobretudo no mundo contemporâneo, um campo próprio de

institucionalização. A vitalidade desse campo decorre de sua capacidade *sui generis* de mesclar preservação, investigação e comunicação; tradição, criação e modernização; identidade, alteridade e hibridismo; localidade, nacionalidade e universalidade. É correto afirmar que, em 2020 os desafios foram gigantescos e assim como todos os outros órgãos, o Ibram também deve de se reinventar. A pandemia da Covid-19 impôs vários desafios à administração pública. Observando a evolução das condições sanitárias e de atendimento de saúde pública, o Ibram durante este período de pandemia reorganizou a promoção e o acesso aos bens culturais sob sua guarda, bem como buscou orientar as instituições museológicas brasileiras na elaboração de planos de contingência, visando garantir as condições de segurança sanitária e de profilaxia nas unidades museais, para retorno às visitas e ao trabalho presencial dos seus colaboradores. Neste contexto de transformação, após a interrupção das atividades presenciais dos museus em decorrência da pandemia, o Ibram realizou, a partir do mês de abril, encontros virtuais, denominados *Ibram ComPartilhando*. Esta ação nasceu

como uma maneira da Autarquia continuar atuando na discussão sobre políticas públicas voltadas para o setor e de estreitar o relacionamento entre os profissionais de museus. Foram realizados mais de 25 encontros, que promoveram debates sobre assuntos de interesse para o campo museal com cerca de 50 mil visualizações. Até o mês de novembro de 2020, havia 46.246 inscritos nos 6 cursos atualmente ofertados pelo programa, com mais de 280 mil visitantes à plataforma. Nessa mesma formatação, à distância, as ações do Programa Saber Museu, lançado em 2019, foram ampliadas. Este programa objetiva a disponibilização de conteúdos para a difusão do conhecimento e o aprimoramento profissional do campo museal, lançado em 2019, resultou na criação de uma plataforma onde um vasto acervo de materiais instrucionais em diferentes formatos, que subsidiam hoje a capacitação a distância nas principais políticas públicas e programas do setor museal. Também no ambiente virtual foi fortalecido durante esse exercício o Programa Acervo em Rede, que tem por objetivo ampliar o acesso ao patrimônio cultural musealizado. A partir do desenvolvimento e uso da plataforma

Tainacan, uma ferramenta online de criação de repositórios digitais, com sistemas de busca integrada, o Programa visa atender às necessidades de inventário, catalogação, difusão e integração de coleções. Atualmente já são mais de 200.000 itens catalogados e mais de 15.000 itens disponibilizados para consulta online da sociedade. No contexto de fortalecimento das políticas públicas para a sustentabilidade para o campo museal, o Ibram e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) celebraram acordo de cooperação técnica para modelagem de fundo patrimonial filantrópico para museus, também conhecido como endowment. O objetivo do Ibram e do Banco foi criar caminhos para apoiar a sustentabilidade dos museus públicos brasileiros. Os fundos patrimoniais filantrópicos visam destinar doações filantrópicas para financiar causas de interesse público, abrangendo ações nas áreas de ciência, tecnologia, pesquisa, inovação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social, esporte, segurança pública, direitos humanos e demais ações de interesse público. Durante o ano de 2020, as obras de modernização e adequação de algumas unidades museais

do Ibram tiveram continuidade. Estes projetos estão sendo desenvolvidos com recursos provenientes do Fundo de Direitos Difusos - FDD, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que representam o investimento da ordem de R\$ 55 milhões de reais, na requalificação dos museus: Museu Casa Histórica de Alcântara (MA), o Museu da Abolição (PE), o Museu Nacional de Belas Artes (RJ), Museu Histórico Nacional (RJ) e o Museu Villa-Lobos (RJ). Com a proposição de alteração de normas que visem o desenvolvimento dos museus brasileiros e a efetiva implementação de políticas públicas para o setor museológico, o Ibram contribuiu na construção de uma proposta de alteração da Lei dos Direitos Autorais – LDA. A alteração propõe a inclusão de um inciso que oportuniza aos museus ter excepcionalidade na utilização de imagens das obras sob sua guarda sem que isso constitua ofensa aos direitos autorais. Essa alteração apresentada proporciona segurança jurídica aos museus, permitindo a utilização em prazos e modos compatíveis com a dinâmica das instituições.

Cenário Internacional

Pressupostos da atuação internacional

Em sintonia com as competências do Ibram, as atividades internacionais buscam, prioritariamente, contribuir a quatro objetivos fundamentais, que reforçam a relação positiva entre as ações domésticas e internacionais:

- O aprimoramento das políticas públicas nacionais;
- A qualificação dos profissionais brasileiros em técnicas, práticas e temas de interesse do setor museal;
- O compartilhamento de boas práticas e experiências exitosas entre o Ibram e parceiros internacionais;
- A consolidação da presença brasileira em espaços relevantes de debate e deliberação sobre temas culturais.

É possível classificar a atuação internacional do Ibram em três áreas distintas: a cooperação técnica internacional, baseada no intercâmbio de profissionais e de boas práticas relacionadas a museus e à Museologia; a representação do Brasil em eventos e fóruns internacionais referentes ao setor de museus; e a promoção da cultura brasileira no exterior.

Contexto internacional em 2020

A rápida disseminação do novo coronavírus (Covid-19) e sua gravidade potencial fizeram com que governos do mundo inteiro restringissem a circulação de pessoas a fim de prevenir o contágio, conforme recomendações da Organização Mundial de Saúde. No Brasil, com a decretação de medidas de distanciamento social e restrição ao funcionamento de comércio e serviços, a Administração Pública também adotou ações correspondentes para minimizar a transmissão do vírus.

Estas restrições, de duração indeterminada, afetaram severamente a realização de atividades internacionais e de cooperação, que, por sua natureza, dependem da interação entre pessoas e da realização de viagens. Frente a esse cenário, as atividades internacionais do Ibram se restringiram a atividades que pudessem ser realizadas localmente ou por videoconferência.

Considerando as áreas de atuação internacional mencionadas anteriormente, a atividade afetada em menor proporção neste período foi a representação do Brasil em foros internacionais, como Mercosul e Ibermuseus.

Foram realizadas as atividades que poderiam acontecer à distância, como reuniões e oficinas, embora muitas outras agendas previstas tenham sido postergadas ou canceladas. Um exemplo de atividade realizada neste período foi a tradução do Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade, documento de referência para o desenho de políticas de sustentabilidade em museus, produzido pelo Programa Ibermuseus com o apoio do Ibram.

Em todo o período de trabalho remoto, foram realizadas atividades administrativas, como o monitoramento de processos, respostas a consultas sobre a atuação internacional e acompanhamento dos pedidos de pagamento das cotas brasileiras a organismos internacionais.

O contexto do biênio 2020-2021 é de desafios. O ritmo de desenvolvimento das ações internacionais do Ibram dependerá, em grande medida, da evolução das medidas tomadas em nível global para o combate à pandemia, que restringiu completamente as atividades de intercâmbio profissional, empréstimo de obras ao exterior, eventos e reuniões

presenciais. Por outro lado, também será impactado pela situação orçamentária de 2021, que também sofre reflexos da desaceleração econômica do período.

Neste contexto, as ações que aparentemente serão concretizadas nos próximos meses são aquelas de natureza administrativa, como a coordenação de ações internacionais com Secretaria Especial de Cultura e Ministério do Turismo; a participação em reuniões virtuais e representação do Brasil em foros internacionais, sempre que possível; e a potencial prospecção de novos parceiros, ação em grande medida preparatória, com vistas ao desempenho de novas atividades assim que o estado emergencial de saúde for superado.

Destaques:

- Tradução do “Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade”, do Programa Ibermuseus, com apoio do Ibram
- Reunião do Comitê de Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais do Mercosul.

3. Riscos, oportunidades e perspectivas

Gestão de riscos e controles internos

Uma das funções da gestão de riscos e controles internos é assegurar o alcance dos objetivos, por meio da identificação antecipada dos possíveis eventos que poderiam ameaçar o atingimento dos objetivos, o cumprimento de prazos, leis, regulamentos etc. e, implementar uma estratégia evitando o consumo intenso de recursos para solução de problemas quando estes surgem inesperadamente, bem como a melhoria contínua dos processos organizacionais.

No ambiente de trabalho, muitas vezes depara-se com fatores internos e externos que tornam incerto o êxito do atingimento dos objetivos do projeto ou da atividade que se encontra em desenvolvimento. As responsabilidades e deveres do governo em relação ao bem público exigem a adoção de práticas e estratégias eficazes de gestão. Neste contexto, a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão torna-se uma importante ferramenta para ajudar na tomada de decisões baseadas em metodologias e normas que geram, dentre outros benefícios, a redução ou a eliminação de retrabalhos. Comprometido com o contínuo aperfeiçoamento da sua gestão, o Ibram iniciou o processo de implementação da gestão e riscos em 2018, cumprindo a primeira etapa do processo, instituiu o Comitê de Governança, Riscos e Controles com o objetivo de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança no âmbito do Instituto. Subsequentemente, elaboramos a Política de Gestão de Riscos, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria- Geral da União, aprovada e publicada pelo

Presidente do Ibram em 2019. Em 2020, alguns dos membros do Núcleo de Governança, Riscos e Controles do Ibram iniciou levantamento de riscos dos macroprocessos da tecnologia da informação. Um trabalho inicial de testagem da metodologia da CGU que está em andamento. A perspectiva é que em 2021 esse trabalho ganhe força e seja o case para os demais departamentos do Ibram-Sede.

Plano de Riscos da Integridade

O Programa de Integridade Pública é compreendido como uma medida administrativa de gestão estratégica por meio da qual se identifica, trata e gerencia, de forma sistemática, os riscos de violação de integridade de uma organização para melhoria da governança, tendo como foco principal

estruturar, reforçar, manter a cultura de integridade institucional, bem como prevenir e combater potenciais atos de fraude e corrupção que possam impedir que a organização preste serviços de qualidade e de forma eficiente à sociedade. Em cumprimento da Portaria CGU nº 57, de 25 de 4 janeiro de 2019, o Instituto criou o Comitê de Gestão do Programa de Integridade do Ibram, com a finalidade de coordenar a elaboração do Programa a executar seu monitoramento e avaliação, por meio da Portaria 206, de 30/05/2018. Encerramos o exercício de 2018 com a conclusão do Programa de Integridade entregue à CGU, revisado em 2019. Em 2020, por força da publicação do Decreto nº. 10.139, de 28 de novembro de 2019, iniciamos uma nova e ampla revisão do Programa de Integridade Pública, com previsão de finalização em meados de 2021.

Link de acesso à planilha: [https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Plano_de_Integridade_Ibram_V_17.12.19 .pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Plano_de_Integridade_Ibram_V_17.12.19.pdf) - página nº 25.

Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro

O Programa de Gestão de Riscos foi planejado e estruturado a partir das competências atribuídas ao Instituto Brasileiro de Museus, com destaques para: “II – estabelecer e divulgar normas, padrões e procedimentos, com vistas em aperfeiçoar o desempenho das instituições museológicas no País e promover seu desenvolvimento” e “XI – propor medidas de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações das instituições museológicas, visando manter a integridade dos bens culturais musealizados” (art. 4º, da Lei 11.906/09). O Programa acompanha o desenvolvimento conceitual e metodológico utilizado pelas principais instituições internacionais voltadas a conservação-restauração do patrimônio cultural, dentre elas: o

International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM) e o *Canadian Conservation Institute* (CCI). Dividido em quatro eixos programáticos, que reúnem diretrizes e ações com vários níveis de responsabilidades, seja para o Ibram enquanto órgão gestor da Política Nacional de Museus e fiscalizador dos museus brasileiros, seja para cada unidade museológica do país, incluindo especificidades para as instituições administradas diretamente pelo Instituto. Todas essas áreas de interlocução partem de dois conceitos importantes: risco e gestão de riscos. Em 2020, foi composto um Grupo de Trabalho (GT), por meio da Portaria Nº 299, de 01 de outubro de 2020, para revisar o Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro, ficando responsável por:

I - Propor a reestruturação do Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro, a partir dos relatórios e demais publicações produzidas;

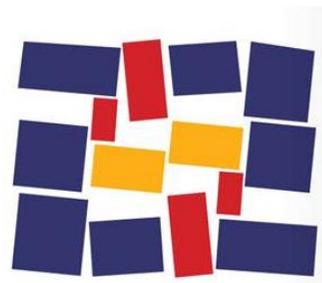
II - Rever as ações e competências do Programa, de modo a alinhá-las com as demais Políticas, Programas, Projetos e Mapa Estratégico do Ibram;

III - Propor ações, metas e indicadores para aprovação das instâncias competente.

A gestão de riscos nos museus Ibram

No que se relaciona ao monitoramento dos museus Ibram, considerando os crescentes desafios impostos nesse ano de 2020, onde além das demandas permanentes e execução das ações de mitigação planejadas e em curso, as equipes tiveram que se reinventar e se adaptar as restrições impostas pela pandemia da COVID-19, percebe-se um importante avanço no desenvolvimento das atividades relacionadas ao planejamento museológico, de gestão de riscos e o atendimento as exigências normativas do Corpo de Bombeiros, para prevenção e combate a incêndios.

Programa para a Gestão de Riscos ao Patrimônio
Musealizado Brasileiro - Ibram



Metaesquemas, 1958, Hélio Oiticica.
Coleção César e Claudio Oiticica

Assim, haja vista a continuidade do monitoramento da elaboração do plano museológico, plano de gestão de riscos e elaboração e execução dos projetos de prevenção e combate a incêndios, o Ibram apresenta mais uma edição do relatório com os dados dos museus Ibram sistematizados, correspondentes ao período de abril a dezembro de 2020.

Quais os agentes de risco que ameaçam os museus?



Gerindo riscos nos museus

Ibram

O constante empenho das equipes está registrado e demonstrado, por meio desse monitoramento.

Os gráficos que consolidam os dados gerados representam a evolução no atendimento aos aspectos mínimos a legislação vigente, não só em relação ao planejamento interno, como também em ações de mitigação, a exemplo dos projetos de prevenção e combate a incêndios.

Nesse sentido, e enquanto ferramenta obrigatória de gestão, o plano museológico é ponto de partida para as demais iniciativas dos museus.

Monitoramento dos planos museológicos dos Museus Ibram

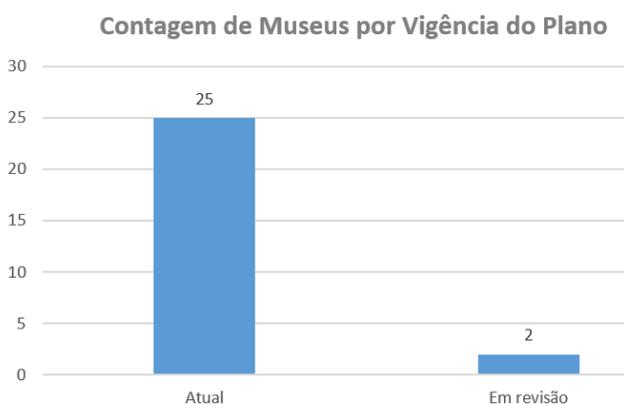


Gráfico 1. Contagem de museus Ibram por vigência do plano (dezembro/2020)

Fonte: Monitoramento DPMUS (dezembro/2020)

Nesse ano teve andamento também a proposição de ferramenta de monitoramento das ações e projetos dos planos museológicos dos museus vinculados ou administrados pelo Ibram, que contará com fases apresentadas abaixo:

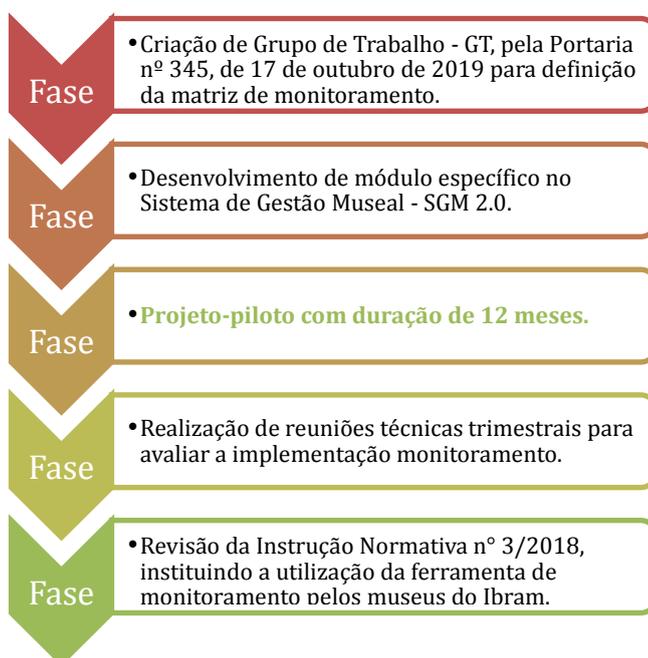


Figura 1. Fluxo da ferramenta de monitoramento das ações e projetos dos planos museológicos Museus Ibram

Fonte: DPMUS (dezembro/2020)

Elaboração dos planos de gestão de riscos dos Museus Ibram

Com a publicação da Resolução Normativa nº 02, de 19 de outubro de 2020, que dispõe sobre os procedimentos para elaboração, implementação e avaliação dos planos de gestão de riscos, os museus Ibram passaram a ter o amparo de uma normativa que regulamenta não só o conteúdo do plano de gestão de riscos, como também o fluxo de entrega e avaliação das áreas técnicas do Instituto e aprovação da Diretoria Colegiada.

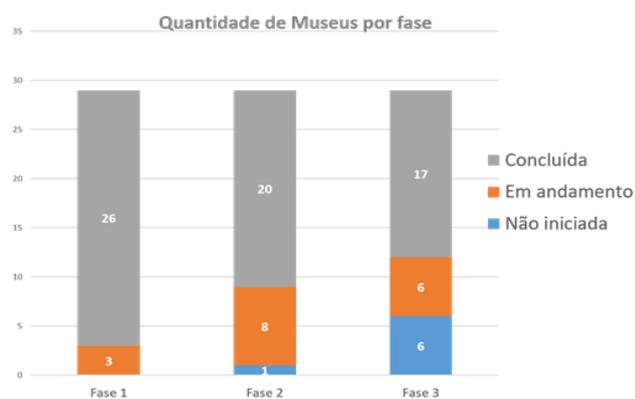


Gráfico. Status de elaboração dos planos de gestão de riscos por fases
Fonte: Formulários de monitoramento DPMUS (dezembro/2020)



Gráfico 6. Total de museus com planos de gestão de riscos
Fonte: Formulários de monitoramento DPMUS (dezembro/2020)

Prevenção e Combate a Incêndios

A prevenção e combate a incêndio é executada por meio de sistema específico projetado para tal fim, incluindo elementos para detectar, alarmar e combater incêndios, entre eles portas corta-fogo, hidrantes, extintores e detectores de gás. Tem relação com a arquitetura do edifício, instalações hidrossanitárias e instalações elétricas. Para sua instalação necessita da elaboração de projeto prévio a execução.

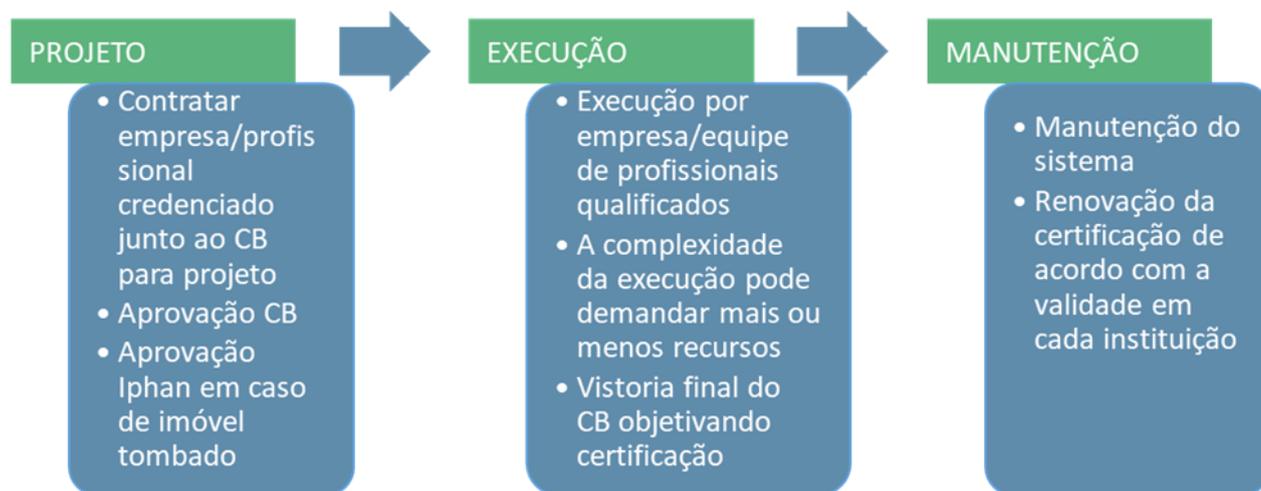


Figura 2. Fluxo de elaboração, execução e aprovação para prevenção e combate a incêndio
Fonte: DPMUS (dezembro/2020)

Projetos de prevenção e combate a incêndio

Ainda que tenham lidado com os impactos da pandemia, nota-se o avanço das unidades museológicas quanto a elaboração de projetos. A maioria dos museus possui projeto em elaboração ou já elaborado, sendo que atualmente são 15 projetos aprovados, 8 aprovados em pelo menos um dos órgãos e apenas um com projeto não iniciado.

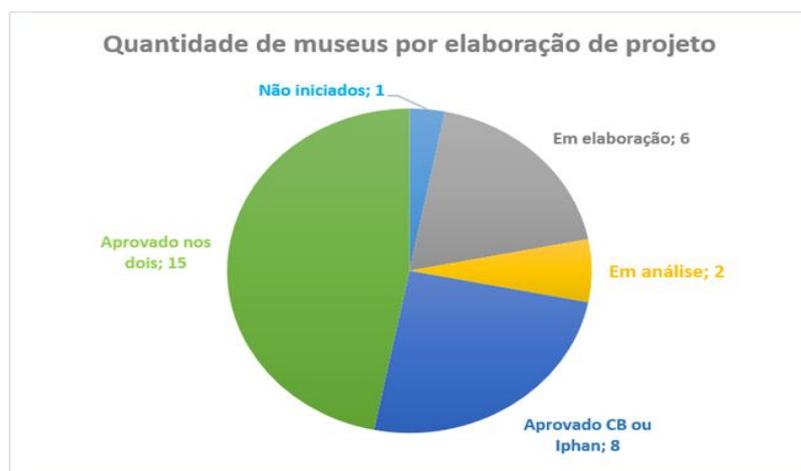


Gráfico. Situação PPCI dos museus Ibram por nível de elaboração de projeto
Fonte: Formulários de monitoramento DPMUS (dezembro/2020)

Execução dos projetos de prevenção e combate a incêndio

No que tange a execução nota-se também um avanço com 5 (cinco) unidades contando com a certificação final (AVCB ou Certificado de licenciamento) e 5 unidades em processo de contratação da execução.



Gráfico. Situação do PPCI dos museus Ibram por nível de execução
Fonte: Formulários de monitoramento DPMUS (dezembro/2020)

Considerações

Ainda que 2020 as restrições orçamentárias tenham sido ainda maiores, as equipes buscaram a interlocução com os órgãos de aprovação, tanto o IPHAN quanto o Corpo de Bombeiros. Importante salientar que IPHAN e Corpo de Bombeiros diminuíram seus atendimentos por conta do contexto pandêmico, fato que gerou ainda mais demora nas análises e emissão de pareceres. E esse esforço teve expressão nos dados aqui apresentados.

Espera-se que o montante necessário à execução dos projetos de prevenção e combate a incêndio seja inserido nos planos de ação de cada unidade museológica, por meio do Sistema de Gestão de Museus (SGM) e que seja possível avançar ainda mais nas ações de preservação, segurança e gestão de riscos.

Acórdão TCU nº 1243/2019 – Plenário - Planos de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado dos Museus Federais

Em maio de 2019, o Ibram recebeu o Acórdão TCU nº 1243/2019 – Plenário, resultado de levantamento posterior ao incêndio do Museu Nacional da UFRJ que teve por objetivo verificar as condições de segurança de patrimônio dos museus sob a responsabilidade de órgãos ou entidades federais – além de identificar os principais riscos e oportunidades de

melhoria na gestão patrimonial e orçamentária desses equipamentos públicos. O Acórdão evidenciou a atuação do Ibram como estratégica e orientadora para o setor, responsável por orientar e dar subsídios aos museus federais vinculados aos demais órgão do executivo federal.

Em resumo, o Acórdão, relaciona as seguintes atribuições:

I. Objetivo do Acórdão

O documento dá determinações a ministérios e órgãos do executivo que possuem museus para que, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República e coordenação técnica do Ibram, adotem medidas em respeito aos princípios administrativos da legalidade, da eficiência, da economicidade, da transparência, do planejamento e da prevenção de risco patrimonial

II. Órgãos envolvidos

Casa Civil da Presidência da República (Coordenação Geral);

Ministério da Educação;

Ministério da Defesa;

Ministério do Turismo (Secretaria Especial da Cultura);

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações;

Ministério das Relações Exteriores;

Ministério da Economia (Secretaria de Tesouro Nacional);

Ministério da Justiça; e

Ibram – Apoio Técnico

III. Determinação

Apresentar plano de ação estabelecendo um conjunto de medidas de segurança para a preservação predial e dos acervos dos museus federais (458), no prazo de 180 dias.

Prorrogação de prazo ao TCU: mais 360 dias do prazo inicial.

IV. Desdobramentos

Em atendimento ao Acórdão, o Ibram se antecipou em consultar todos os museus federais, cadastrados em nossos bancos de dados, a fim de identificar os interlocutores para o desenvolvimento do trabalho.

Em resposta ao Acórdão, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 13 de dezembro, o Decreto Nº 10.175 que institui o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Museus Federais, com o auxílio de dois Grupos de Trabalho técnicos.

O GTI é composto por representantes do Ibram, da Casa Civil, do Ministério do Turismo, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, do Ministério da

Defesa, do Ministério da Educação, do Ministério do Meio Ambiente e da Advocacia-Geral da União.

Cabe ao Ibram o assessoramento técnico quanto às questões relativas ao campo museal e à Casa Civil caberá a articulação junto aos Ministérios que possuem museus em suas estruturas administrativas.

Resultado: Plano de Ação subscrito pelos titulares dos órgãos participantes.

Conclusões

O Relatório Final apresentou o resultado dos trabalhos e o histórico das discussões realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial e dos Grupos Técnicos, designados pelo Decreto nº 10.175, de 13 de dezembro de 2019, com vistas ao cumprimento das determinações constantes do Acórdão nº 1243/2019 - Plenário TCU, que aponta fragilidades na segurança patrimonial, riscos aos acervos e edificações, e oportunidades de melhoria na gestão dos museus federais, bem como determina a adoção de ações por diversos órgãos do Poder Executivo Federal.

Considerando a pertinência legal, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), conforme suas competências legais, desempenhou papel de assessoramento técnico e relatoria dos GTs. As reuniões tanto do GTI como dos GTs tiveram periodicidade mensal entre janeiro a dezembro de 2020 - conforme Anexo I, havendo uma interrupção entre março e abril, motivada pela pandemia do Covid-19. Apesar da divisão entre dois GTs prevista pelo Decreto, houve o entendimento, entre os membros de ambos os grupos, de que grande parte das reuniões deveriam ser conjuntas, visando ao alinhamento de entendimentos e à atuação conjunta dos grupos técnicos.

Como metodologia de apuração de informações, foi aplicada uma pesquisa de diagnóstico junto aos museus federais, pertencentes aos Ministérios partícipes do Decreto nº 10.175, de 13 de dezembro de 2019, com o objetivo de obter um panorama mais atualizado dos museus federais, com especial atenção aos termos do Acórdão. Dessa população inicial de 333 instituições (segundo extrato do Cadastro Nacional de Museus feito em 09/junho/2020), atingimos 200 museus respondentes, sendo que 166 são vinculados ao Ministério da Educação. Desta forma, o diagnóstico resultou numa pesquisa amostral não probabilística – um estudo exploratório – que nos permite algumas inferências e hipóteses.

Com base nesta pesquisa, consolidamos um Plano de Ação, dividido em cinco eixos temático: Eixo I – Caracterização Institucional (4 metas); Eixo II – Gestão e Governança (7 metas); Eixo III: Condições de Funcionamento, Manutenção Predial e Segurança dos museus (3 metas); Eixo IV: Acervo (6 metas) e Eixo V: Orçamento, financiamento e

fomento (4 metas), com um total de 24 metas com prazos com variação entre 6 meses a 5 anos, de acordo com a complexidade de cada ação. Cabe destacar, a Meta 7 do eixo II, que prevê a criação de dois grupos temáticos para perenizar as discussões e garantir o acompanhamento do Plano de Ação, bem como a inserção dos Ministérios designados pelo Decreto nº 10.175, de 13 de dezembro de 2019 na composição do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, órgão colegiado vinculado ao Ibram.

Encaminhamentos

No Relatório foi apresentado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), como representante dos Grupos Técnicos 1 e 2, e aprovado, por unanimidade, pelos membros do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Museus Federais, em reunião realizada em 29 de janeiro de 2021. Em atenção ao artigo 6º, parágrafo 2º, do Decreto nº 10.175/2019, este Relatório será submetido, pelo Coordenador do GTI, ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República para posterior encaminhamento ao Tribunal de Contas da União.

Link de acesso ao Relatório Final GT Interministerial de Museus -

https://sei.museus.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&acao_origem=protocolo_pesquisa_rapida&id_protocolo=863956&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000007&infra_hash=cf3c02ce4dd61eaf8970f3f81ac1a678409cb11b78f252f07e8bdd6bcc76e998

Link de acesso aos anexos - https://drive.google.com/drive/folders/1isw7OLXbiCt-hho19QG7_WBAPhEuCGqi?usp=sharing

4. Governança, Estratégia e Desempenho

Estratégia

O Mapa Estratégico do Ibram possui como base os princípios que preconizam a execução das atividades desenvolvidas pelos servidores e colaboradores, e subsidia o órgão no seu posicionamento estratégico.

Como bases estruturantes existem 3 perspectivas:

- Resultados;
- Gestão; e
- Operacionalização

As perspectivas são embasadas por 7 pilares norteadores, as estratégias:

- Preservação, difusão e acesso;
- Sustentabilidade;
- Geração e difusão do conhecimento;
- Gestão, normatização e regulação;
- Governança Interna;
- Suporte; e
- Gestão de Pessoas.

Para cada Estratégia foram definidos Objetivos Estratégicos que representam o conjunto de esforços para que seja cumprida a missão e alcançada a visão. Abaixo nosso Mapa Estratégico.

Missão

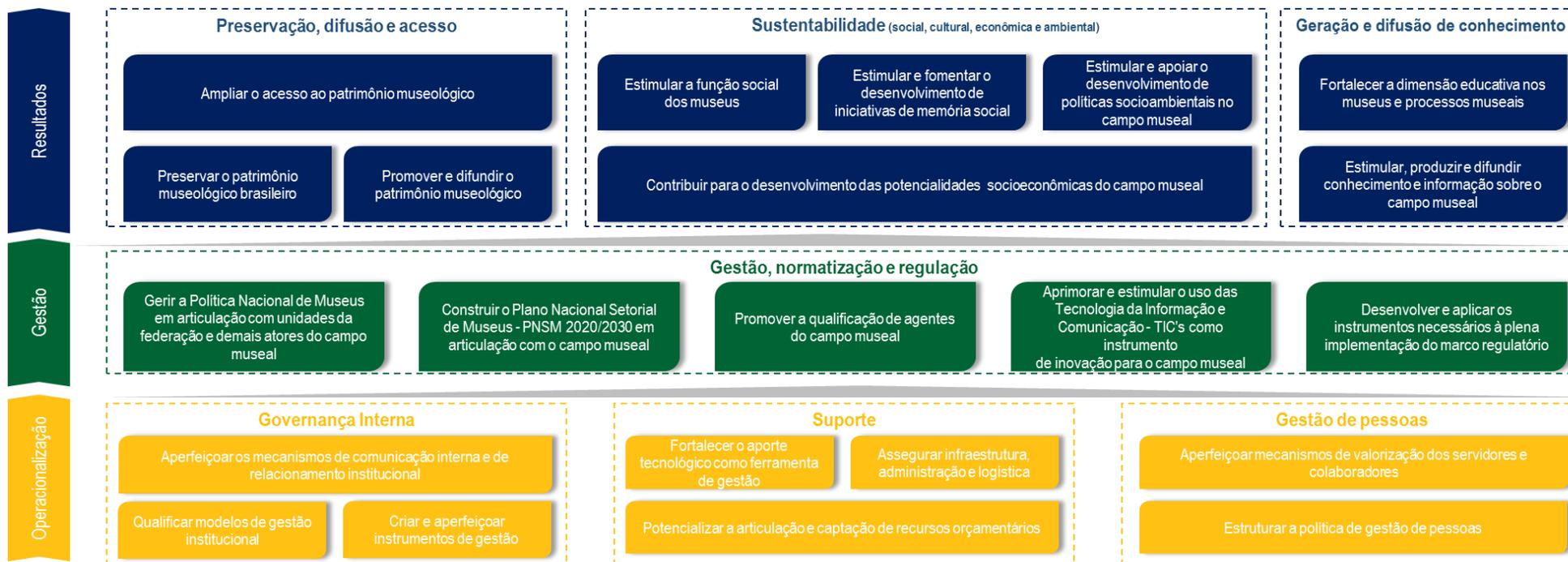
Promover a valorização dos museus e do campo museal a fim de garantir o direito às memórias, o respeito à diversidade e a universalidade de acesso aos bens musealizados.



2018 /2020

Visão

Ser referência na gestão de políticas públicas e na geração e difusão de conhecimento para o campo museal.



Valores

- Visão museológica
- Memórias e identidades
- Patrimônio
- Natureza educativa
- Diversidade
- Relevância social
- Sustentabilidade
- Acessibilidade
- Transparência Universal

Apoio da estrutura de governança à capacidade do Ibram em gerar valor – Plano Estratégico Institucional

Nos últimos dois anos o Ibram realizou um amplo processo de revisão do seu Planejamento Estratégico. A definição da metodologia de revisão estratégica do Ibram preconizou garantir a harmonização e o alinhamento entre suas unidades.

Em 2019 e 2020, o processo de desdobramento do Mapa Estratégico foi retomado com a definição de ações, indicadores, metas e a construção do Sistema de Gestão de Museus para repositório das ações estratégicas de todo Ibram. Convocou-se reuniões com a alta administração, apresentou-se a metodologia e mediante a validação com os Diretores, realizou-se a Oficina de alinhamento com a presença dos diretores, coordenadores e pontos focais. Nessas oficinas, além de alinhar os critérios da etapa, trouxeram conceitos para facilitar e aprimorar o trabalho que as áreas técnicas desenvolvem internamente. Conforme mencionado, de forma coletiva e com ampla participação, o Instituto trabalhou no detalhamento do Mapa Estratégico do Ibram, resultando no estabelecimento de ações estruturantes para o ano de 2020, com envolvimento direto dos museus.

Ao longo de 2020 foram realizados aperfeiçoamentos no SGM transformando-o em SGM2.0 com a vinculação de cada uma das ações estratégicas dos museus e departamentos do Ibram aos Objetivos Estratégicos, ações orçamentárias e limite definido para cada Departamento sede e Museus.

Apresentamos, a seguir, a distribuição das estratégias e objetivos estratégicos do Mapa do Ibram no ano de 2020.

Estratégias: Pilares que norteiam o Ibram e estruturam os objetivos estratégicos.

✓ Estratégia 1 – Preservação, difusão e acesso

Nesta estratégia estão declarados os objetivos relativos às ações que visam a preservação, difusão do patrimônio museológico brasileiro e a ampliação do patrimônio museológico. Apresentada como a primeira estratégia, reflete o *core business* do Ibram, contemplando as principais linhas de atuação e que por sua característica traz os objetivos estratégicos que serão perenes ao órgão para além dos 3 anos de planejamento deste ciclo estratégico. É composta de 3 Objetivos Estratégicos:

- Ampliar o acesso ao patrimônio museológico;
- Preservar o patrimônio museológico brasileiro; e
- Promover e difundir o patrimônio museológico brasileiro.

✓ **Estratégia 2 – Sustentabilidade (social, cultural, econômica e ambiental)**

A sustentabilidade é um dos grandes desafios da atualidade, abordando temas sob a ótica social, cultural, econômica e ambiental. Declarada como uma das estratégias de resultado do Ibram a sustentabilidade ganha destaque no órgão e busca ponderar sobre o equilíbrio dos recursos disponíveis, o fortalecimento das tradições locais, da identidade e dos laços de pertencimento. Sob essa estratégia, o Ibram preconiza o desenvolvimento de atividades de conscientização sobre a corresponsabilidade individual para a construção da coletividade e a importância da participação comunitária, da economia solidária e criativa, além de valorizar a cultura local, de modo a fomentar o equilíbrio entre tradição e inovação e o aperfeiçoamento da gestão museológica sustentável com a construção de um banco de projetos sobre sustentabilidade.

É composta de 4 Objetivos Estratégicos:

- Estimular a função social de museus;
- Estimular e fomentar o desenvolvimento de iniciativas de memória social;
- Estimular e apoiar o desenvolvimento de políticas socioambientais no campo museal; e
- Contribuir para o desenvolvimento das potencialidades socioeconômicas do campo museal.

✓ **Estratégia 3 – Geração e difusão de conhecimento**

Historicamente os museus se consolidaram como espaços para ceder e construir o conhecimento e a cultura, constituem ambientes ricos e surpreendentes, que podem despertar a curiosidade ou inspirar novas ideias. Neste contexto, ao declarar como uma de suas Estratégias a Geração e a difusão de conhecimento, o Ibram toma por si esses conceitos e materializa por ações voltadas ao fortalecimento e consolidação da função educativa nos museus e processos museais, bem como o estímulo, produção e difusão do conhecimento sobre o campo museal, no qual vem sendo referência no campo.

A Estratégia de Geração e difusão de conhecimento é composta de 2 Objetivos Estratégicos:

- Fortalecer a dimensão educativa nos museus e processos museais; e
- Estimular, produzir e difundir conhecimento e informação sobre o campo museal.

✓ **Estratégia 4 – Gestão, normatização e regulação**

Caracterizado como as principais funções administrativas do Ibram, a gestão, normatização e regulação, como estratégia, trata da estruturação do campo museal em termos de políticas, procedimentos, normas e regulamentos, tendo como principal arcabouço legal o marco regulatório.

A Estratégia conta com 5 Objetivos Estratégicos:

- Gerir a Política Nacional de Museus em articulação com unidades da federação e demais atores do campo;
- Construir o PNSM 2020/2030 em articulação com o campo museal;
- Promover a qualificação de agentes do campo museal;
- Aprimorar e estimular o uso da TI como instrumento de inovação para o campo museal;
- Desenvolver e aplicar os instrumentos necessários à plena implementação do marco regulatório.

✓ **Estratégia 5 – Suporte**

Declarada como um mecanismo para a viabilização e operacionalização institucional do Ibram, a Estratégia de Suporte está atrelada aos temas relacionados à tecnologia da informação, infraestrutura, administração e logística e busca pelo aprimoramento do processo orçamentário. A Estratégia é composta de 3 Objetivos Estratégicos:

- Fortalecer o aporte tecnológico como ferramenta de gestão;
- Assegurar infraestrutura, administração e logística; e
- Potencializar a articulação e captação de recursos orçamentários.

✓ **Estratégia 6 – Gestão de Pessoas**

Gestão de pessoas é o conjunto de estratégias empregadas por empresas para desenvolver seu capital humano. No Ibram essa Estratégia declarada trata dos mecanismos de valorização dos servidores e colaboradores numa perspectiva humana e organizacional e da estruturação da política de gestão de pessoas que representa o principal instrumento de gestão de pessoas do órgão.

A Estratégia é traduzida em 2 Objetivos Estratégicos:

- Aperfeiçoar mecanismos de valorização dos servidores e colaboradores; e
- Estruturar a política de gestão de pessoas;

5. Resultados e desempenho da gestão

Acima apresentamos as Estratégias e Objetivos Estratégicos, das ações mapeadas para o ano de 2020, bem como a governança do Ibram. Aqui discorreremos sobre os resultados alcançados, as entregas e os desafios enfrentados.

Do total de ações mapeadas, tivemos um percentual de alcance de 100% em 96 das 280 ações finalísticas, as demais variaram de 75% - 25% de alcance, os desempenhos das ações foram monitorados e justificados durante o ano.



Apesar dos esforços dedicados ao avanço das ações para o campo e garantia do acesso ao patrimônio museológico brasileiro, foram relevantes os desafios que vimos enfrentando nos últimos anos.

Em 2020, fomos surpreendidos com o cenário de pandemia mundial provocado pela COVID-19, como consequência o fechamento dos museus para visitação ao público impactando severamente em nosso planejamento.

Continuamos enfrentando dificuldades quanto a recursos financeiros e de pessoas, o que tem limitado a atuação deste Instituto nas entregas e melhorias para o campo museal. Cabe destacar que em agosto de 2020 todo o recurso previsto para as ações finalísticas foi contingenciado e o Instituto continuou avançando para entregar as ações não-orçamentárias.

Apesar do cenário adverso, tivemos significativas entregas para a sociedade no ano de 2020, que se encontram em consonância com os objetivos estratégicos apresentados no nosso Mapa Estratégico. Neste contexto de transformação, após a interrupção das atividades presenciais dos museus em

decorrência da pandemia, o Ibram reuniu esforços para continuar executando suas ações. Abaixo os principais avanços no ano de 2020:

- Apoio técnico para o projeto de implantação do Museu Marítimo do Brasil (MuMa), da Marinha do Brasil.
- Obras de Modernização e adequação das unidades museais do Ibram - Projetos desenvolvidos com recursos provenientes do Fundo de Direitos Difusos - FDD, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e representam o investimento na ordem de R\$ 55 milhões de reais, na requalificação dos museus: Museu Casa Histórica de Alcântara (MA), o Museu da Abolição (PE), o Museu Nacional de Belas Artes (RJ), Museu Histórico Nacional (RJ) e o Museu Villa-Lobos (RJ).
- Acordo de Cooperação Técnica entre o Ibram e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para modelagem de fundo patrimonial filantrópico para museus, também conhecido como *endowment*. O objetivo do Acordo foi criar caminhos para apoiar a sustentabilidade dos museus públicos brasileiros. Os fundos patrimoniais filantrópicos visam destinar doações filantrópicas para financiar causas de interesse público, seguindo os termos da Lei 13.800.
- Acordo de Cooperação Técnica entre o Ibram e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), visando a análise físico-químicas de bens culturais sob a guarda dos museus Ibram. A parceria tem como objetivo o promover o intercâmbio de conhecimentos técnicos, científicos e culturais, por meio de projetos de pesquisa que colaborem para a difusão da utilização da Arqueometria, como uma das ferramentas para o processo de preservação de bens culturais, o desenvolvimento de projetos de ensino, de eventos e publicações, além da criação de uma base de dados com os resultados alcançados e demais informações produzidas.
- Plataforma de EaD - Programa Saber Museu, lançado em 2019 Este programa objetiva a disponibilização de conteúdos para a difusão do conhecimento e o aprimoramento profissional do campo museal e, teve em 2020 mais de 46.000 inscritos nos 6 cursos atualmente ofertados pelo programa, com mais de 280 mil visitantes à plataforma.
- *Ibram ComPartilhando* - encontros virtuais via Instagram (com reprodução também no Canal do Youtube), de abril a dezembro de 2020. Foram realizados mais de 25 encontros, que promoveram debates sobre assuntos de interesse para o campo museal com cerca de 50 mil

visualizações. Esta ação nasceu como uma maneira da Autarquia continuar atuando na discussão sobre políticas públicas voltadas para o setor e de estreitar o relacionamento entre os profissionais de museus

- Projeto Tainacan, plataforma online para a criação de repositórios digitais com sistemas de busca integrada, configuração de metadados e difusão dos acervos em rede com foco em mídias digitais. Tem por objetivo atender às necessidades de inventário, catalogação e difusão dos acervos dos museus. Mais de 50.000 itens de acervos museológicos catalogados. Cerca de 5.000 itens com informações disponibilizadas online, via internet.
 - Ibram apresentou proposta de alteração da Lei dos Direitos Autorais – LDA, a alteração propõe a inclusão de um inciso que oportuniza aos museus ter excepcionalidade na utilização de imagens das obras sob sua guarda sem que isso constitua ofensa aos direitos autorais. Essa alteração apresentada proporciona segurança jurídica aos museus, permitindo a utilização em prazos e modos compatíveis com a dinâmica das instituições.
 - Articulação de parceria entre o Comando do Exército, representado pelo Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército - DPHCex, e o Instituto Brasileiro de Museus, para prover apoio técnico, assim discriminado:
 - a) Capacitação das equipes do Exército Brasileiro, em conjunto com os técnicos do Ibram, sobre o contexto museal, dadas as especificidades de bens culturais e sua preservação para combate e prevenção de incêndios, distúrbios civis e outras intercorrências em museus;
 - b) Criação de um Circuito de Turismo Cívico nos Museus Militares, “Circuito das Armas”.
- Apoyo técnico à proposta de modernização e ampliação do complexo cultural do Museu Aeroespacial, da Força Aérea Brasileira.
- Apoio técnico para elaboração e aplicação de pesquisa específica, destinada a levantar dados para melhor compreender a configuração atual dos Museus vinculados ao Poder Executivo Federal, em atendimento ao Acórdão nº 1243/2019 - Plenário TCU, no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Museus Federais e dos Grupos Técnicos 1 e 2, criados por meio do Decreto nº 10.175, de 13 de dezembro de 2019, sob a coordenação da Casa Civil, para tratar das determinações constantes do Acórdão.
 - Elaboração de Relatório sobre o diagnóstico das condições de uso, funcionamento e manutenção dos museus federais, em resposta ao Acórdão nº 1243/2019 - Plenário TCU,

para aprofundar o conhecimento sobre as instituições museológicas federais vinculadas ao Ministério da Educação, Ministério da Defesa, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Ministério do Turismo e Ministério do Meio Ambiente, sobretudo em relação à identificação de fatores que impactam o funcionamento dos museus federais brasileiros. O diagnóstico também serviu de base para proposição e estabelecimento de um Plano de Ação a ser implementado no âmbito de cada Ministério, a fim de promover a estruturação, a qualificação e a mitigação de riscos a que estão sujeitas as edificações e os acervos museológicos.

- Campanha #MuseuSemFronteiras - parceria realizada entre o Ibram e o aplicativo TikTok para promover os museus brasileiros na plataforma do TikTok, entre os dias 27 de julho e 2 de agosto de 2020. A campanha contou com a participação de 12 instituições brasileiras em uma semana dedicada a lives de museus, com 30 minutos a 1 hora de duração, como uma estratégia e alternativa de visitação aos museus e seus acervos no período de fechamento das instituições culturais como medida sanitária para conter a disseminação do Coronavírus. Museus participantes: Museu Regional de Caeté (MG), o Museu Imperial (RJ), o Museu de Arte Sacra de Mato Grosso (MT), o Museu Índia Vanuïre (SP), o Muquifu (MG), o Museu Casa de Portinari (SP), o Museu Histórico Nacional (RJ), o Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS (RS), o Museu do Pão (RS), o Museu da República (RJ), o Museu Felícia Leirner (SP) e o Museu do Ouro (MG).

Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos e as prioridades da gestão

No ano de 2020, tivemos algumas novidades. A primeira foi a construção de forma conectada das ações físicas com o orçamento e os Objetivos Estratégicos do Ibram.

A segunda novidade foi definir os limites orçamentários para cada museu previamente, permitindo com isto maior autonomia sobre a destinação dos recursos finalísticos e previsibilidade na execução das ações diferentemente de outros anos, nos quais os museus apresentavam as suas demandas para análise, priorização e descentralização do Ibram sede.

Para a nova sistemática de construção do Plano de Ação conectado aos Objetivos Estratégicos da Autarquia ocorresse, foi redesenhado o Sistema de Gestão de Museus - SGM, que passou ser SGM 2.0. Considerando o cenário que temos enfrentado em decorrência da Covid-19, com o fechamento dos Museus e adoção de teletrabalho, onde sofremos algumas readequações nas programações,

como a agenda da Semana Nacional de Museus e, conseqüentemente todas as ações que teriam execução no primeiro semestre de 2020.

Em meados de abril, avaliamos todos os Planos de Ações e principais entregas que havíamos definido antes da pandemia, readequando os Planos, por meio do SGM 2.0, ajustando as metas dentro do limite orçamentário preestabelecido no SGM 2.0, em fevereiro de 2020.

Em agosto foi contingenciado todo o recurso orçamentário das ações finalísticas e por isso, as entregas de projetos com previsão orçamentária foram interrompidas, restando as entregas das ações não-orçamentárias.

Cenário para 2021

O desdobramento do Planejamento Estratégico do Ibram, em 2021, encontra-se em construção. Até o momento captamos as necessidades de demandas das unidades da Autarquia para o corrente exercício. Após a aprovação da Lei Orçamentaria Anual – LOA, será possível eleger as ações prioritárias que deverão estar contidas no orçamento anual, bem como a identificação das ações também importantes, mas devido ao limite do orçamento não serão atendidas.

Para 2021, o sistema foi aberto no final do ano de 2020, para que as unidades do Ibram cadastrassem todas as suas demandas de ações de Manutenção/Funcionamento e Finalísticas (orçamentárias e não orçamentárias). Estas demandas foram correlacionadas com as ações orçamentárias que o Ibram utiliza.

Ações de Manutenção/Funcionamento:

211F – Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais;

2000 – Administração da Unidade;

4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais.

Ações finalísticas:

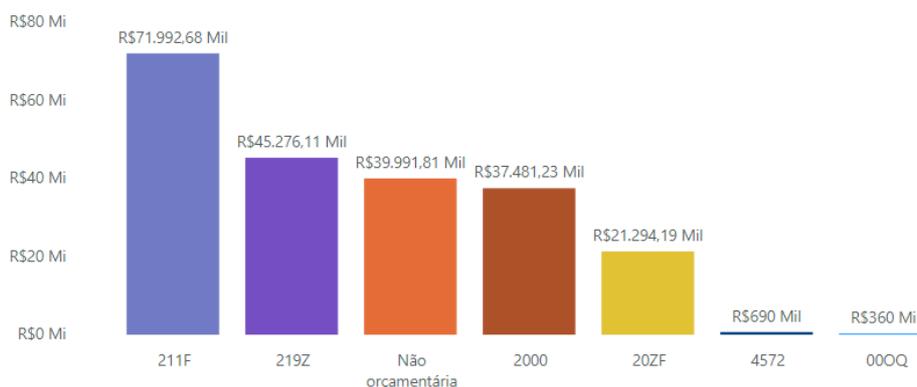
20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira;

219Z – Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União;

00OQ – Contribuições a Organismos Internacionais.

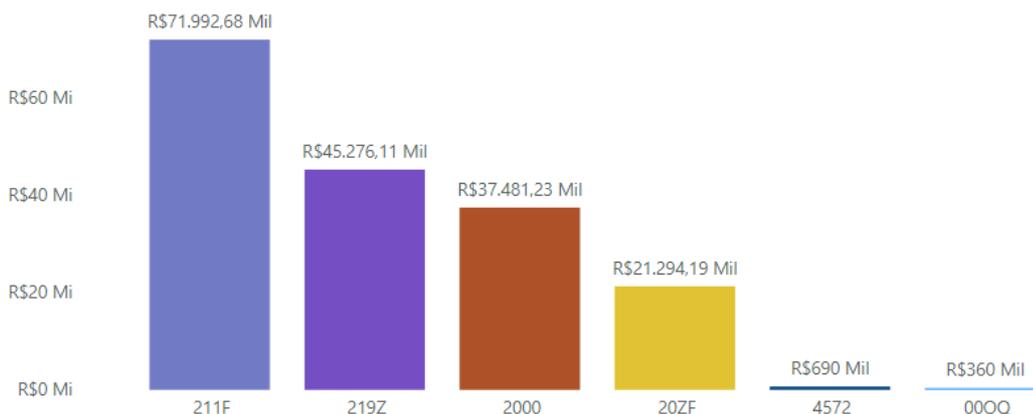
Foram cadastradas no SGM cerca de 1.116 (mil cento e dezesseis) ações, sendo 547 ações Manutenção/Funcionamento e 569 ações finalísticas. Cabe destacar, que estão englobas nestas ações finalísticas, ações denominadas “Não Orçamentária”, que abrange as ações de atividades fim das unidades museológicas que não utilizam recursos orçamentários do Ibram ou utiliza recursos

externos a Autarquia, que totalizam cerca de 275 ações.

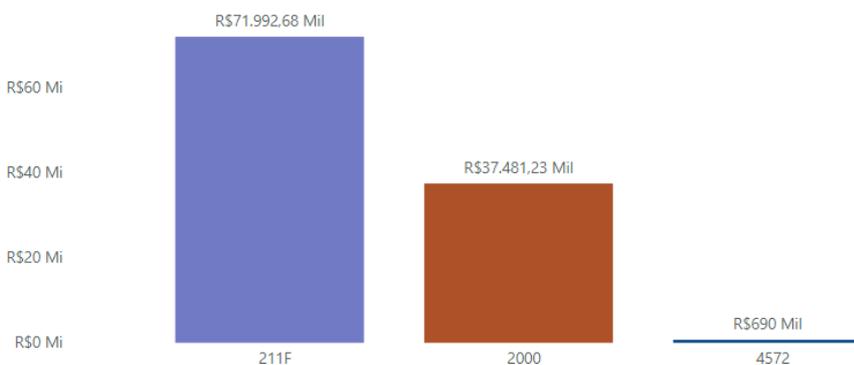


Contabilizando orçamentariamente todas as demandas, inclusive as ações denominadas “Não Orçamentária” (R\$ 39.991,81), o orçamento total foi de R\$ 217.086,02 (duzentos e dezessete milhões e oitenta e seis mil e dois centavos).

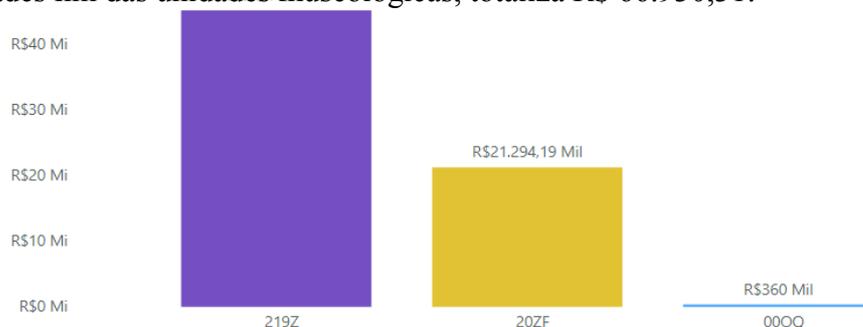
A demanda total de recursos distribuídas pelas ações do Orçamento Geral da União – OGU, totaliza R\$ 177.094,21:



Um olhar mais focado nas ações voltadas para manutenção e funcionamento dos Museus que engloba as ações de serviços continuados, manutenção, funcionamento e capacitação (ações orçamentárias - 211F, 2000 e 4572), totaliza R\$ 110.163,91:



Para as ações Finalísticas (ações orçamentárias - 219Z, 20ZF e 00OQ) que engloba as ações de atividades fim das unidades museológicas, totaliza R\$ 66.930,31:



Cabe lembrar que todas as ações finalísticas (orçamentárias e não orçamentárias) têm em sua estrutura a proposição de metas, metas intermediárias com pesos e prazos de entregas.

Resultados das principais áreas de atuação ou ações do Ibram

Na função de órgão seccional, a unidade de administração, desempenha as atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Pessoal Civil da Administração Federal, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Serviços Gerais, de Administração Financeira e de Contabilidade Federal. Ao desenvolver seu ofício de gerenciamento das ações voltadas ao planejamento e à gestão interna exerce papel articulador entre as suas unidades proporcionando suporte às áreas finalísticas na realização das atividades, visto que gerar ganho institucional define a direção das estratégias de desenvolvimento do Instituto, que são sintonizadas às diretrizes estabelecidas no nosso planejamento.

Destacam-se das ações realizadas em 2020, a obtenção dos seguintes resultados:

- Preservação e funcionamento das atividades administrativas e dos serviços considerados essenciais ou estratégicos de forma remota, em resposta à situação de restrições impostas pelo estado de pandemia decorrente do Covid-19, sem perda relevante da produtividade ou desempenho dos serviços;
- Adaptação, em razão da pandemia causada pelo Covid-19, dos recursos tecnológicos do Instituto ao Teletrabalho para a sede, representações e unidades museológicas, com a manutenção da disponibilidade dos sistemas e serviços (rede, internet, telefonia, impressão, help desk, backup, segurança, e-mail, entre outros); criação e configuração de redes privadas – VPN's.
- Implementação da ferramenta Teams com a criação de canais de equipes e realização de chamadas por áudio e vídeo, viabilizando a integração entre as equipes, independentemente da localização geográfica.

- Implementação de cinquenta por cento da Rede Corporativa do Ibram , via tecnologia MPLS (Multiprotocol Label Switching).

Embora possamos comemorar bons resultados, na área de gestão de pessoas a redução do quadro efetivo permanece como um desafio a ser superado. Precisamos recompor a força de trabalho para uma lotação funcional equivalente à demanda institucional, elevando o total de servidores em necessários 633 cargos. Além de estar abaixo do requerido, o quadro apresenta precariedades. Ora veja: dos 396 servidores que compõem o quadro permanente do Ibram, 20 estão cedidos, 182, ou seja 46%, servidores têm mais de 50 anos de idade; e 79 servidores recebem abono de permanência; *(Fonte: Relatório DW referente a folha de dezembro).*

Outro complicador que sobressai é o cumprimento da Portaria nº 13.623, de 10 de dezembro de 2019 que dispõe sobre redução das Uasg - Unidade Administrativa de Serviços Gerais, para centralizar as contratações. Tal fato, impõe a urgente reestruturação de cargos no Ibram, por ser imperativo a organização do rol de responsáveis nos níveis de ordenação de despesas e dos gestores financeiros, serviços gerais, compras e contratos no âmbito das Unidades centralizadoras em cumprimento ao princípio da segregação de função.

No âmbito da Política de Desenvolvimento e Valorização de Pessoas, centralizado na eficiência e otimização de gastos, o desafio para 2021 é a implantação e institucionalização do Programa de Gestão por Demandas, objeto da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020 que regula a modalidade de teletrabalho. O Programa de Gestão é entendido como um conjunto de ações e atividades com o objetivo de melhorar o desempenho da organização, com foco no resultado, em consonância com parâmetros fixados previamente pelo órgão e passíveis de monitoramento e avaliação.

As ações estratégicas de Planejamento e Gestão Interna em 2020, se concentraram nas seguintes diretrizes principais:

- Prospecção, promoção e gestão de soluções de tecnologia da informação e comunicação (TIC) no sentido da prontidão da área de TIC, especificamente na mitigação de riscos operacionais decorrentes da pandemia provocada pela Covid-19.
- Recomposição do orçamento em virtude de contingenciamento superior a 10 milhões de reais, a partir de prioridades de despesas essenciais.
- Reestruturação de cargos para atender necessidade de recompor estrutura formal em Uasg centralizadoras, em virtude de exigência legal para concentrar as contratações.

- Implementação do Programa de Gestão do Ibram na perspectiva de promover a qualidade de vida, a valorização de servidores, a produtividade no trabalho e melhorias nos resultados institucionais, incluindo redução de custos administrativos.
- Padronização dos processos licitatórios, visando economia e ganho de eficiência.
- Planejamento para formalização de arranjos institucionais para execução do fluxo orçamentário (programação, aprovação, execução, acompanhamento e avaliação)
- Criação do Comitê de Gestão de Contratações do Ibram para amparar ações, no âmbito do Ibram, vinculadas ao Plano Anual de Contratações – PAC de que trata a Instrução Normativa Seges/ME nº 1, de 10 de janeiro de 2019, dada a necessidade de aperfeiçoar a gestão interna e potencializar a dinâmica entre as unidades e equipes que atuam em atividades afetas ao planejamento, execução ou acompanhamento de licitação.

Relacionamento com a sociedade

Foram atendidas 100% das solicitações de informações encaminhadas pela Ouvidoria do Ibram e pelo SIC – Serviço de Informação ao Cidadão, respaldados pela Lei nº 12.527/2011, que define a publicidade como regra geral e impõe a gestão transparente e o amplo acesso às informações de interesse público. Mediante consulta às Coordenações do DPGI, pode-se afirmar que as demandas apresentadas referentes à gestão de contratos do Ibram, normas e leis administrativas, dentre outras, foram cumpridas com precisão, a partir da prestação de informações aos cidadãos de forma tempestiva.

Controle de gestão

A gestão da conformidade é desenvolvida criteriosa e permanentemente em cada processo administrativo executado pelo DPGI para atender necessidades da Sede do Ibram em Brasília/DF e das sete Unidades Museológicas classificadas como Nível II e Nível III (Bandeiras, Arte Sacra da Boa Morte, Casa da Princesa, Casa Histórica de Alcântara, Abolição, Victor Meirelles e Missões), garantido adequação aos procedimentos e normativos estabelecidos a partir da certificação dos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial, incluídos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi e da confirmação da existência de documentos de suporte às operações. Em 2020, 100% dos processos receberam conformidade sem ressalvas o que comprova a qualidade dos processos administrativos (empenhos, liquidações e pagamentos).

Gestão de pessoas

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/90 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Ibram observa o conjunto de normas e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal no acompanhamento das publicações no Diário Oficial da União e resenhas de gestão de pessoas encaminhadas pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

Avaliação da força de trabalho

A força de trabalho do Ibram é composta por servidores oriundos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que passaram a integrar o Quadro desta Autarquia quando da sua criação, servidores nomeados por aprovação no concurso realizado em 2010 e servidores requisitados.

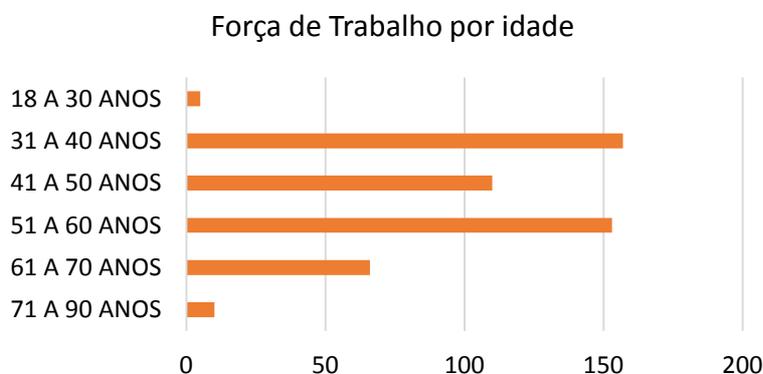
Quadro 1 – Força de trabalho do Ibram em 2020

Composição da Força de Trabalho – Distribuição por Situação Funcional					
Ativo Permanente	Requisitados	Cedidos	Anistiados	Sem Vínculo	Outros
75%	9%	4%	3%	5%	4%
376	44	20	16	26	19

Fonte: DW-SIAPE, 2020

O exercício de 2020 encerrou-se com 501 servidores representando uma diminuição de quase 3% do quadro geral em relação a 2019. O quadro permanente de pessoal do IBRAM é formado prioritariamente por servidores cuja faixa etária está compreendida entre 31 e 60 anos. Cerca de 20% do quadro efetivo do Instituto já adquiriram condição de aposentadoria.

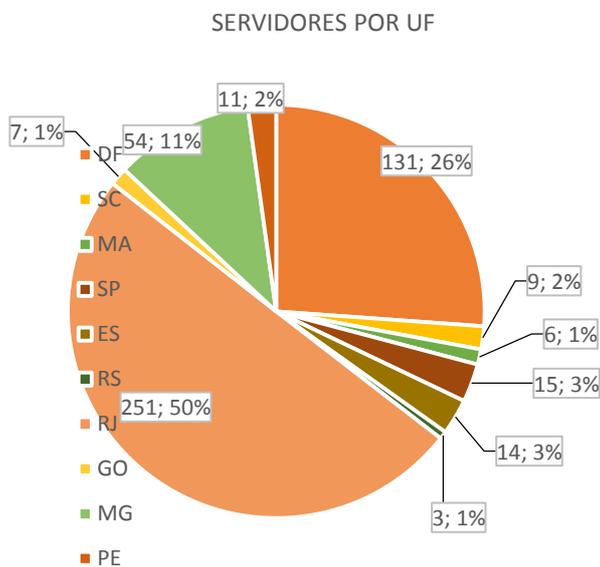
Gráfico 1 - Distribuição da Força de Trabalho do Ibram por idade em 2020



Fonte: DW-SIAPE, 2020

Ao se analisar o Gráfico 2, verifica-se uma concentração de 251 servidores no Rio de Janeiro, o que representa 50% da força de trabalho do Instituto, seguido por 131 (26%) na sede em Brasília, e 54 (11%) em Minas Gerais.

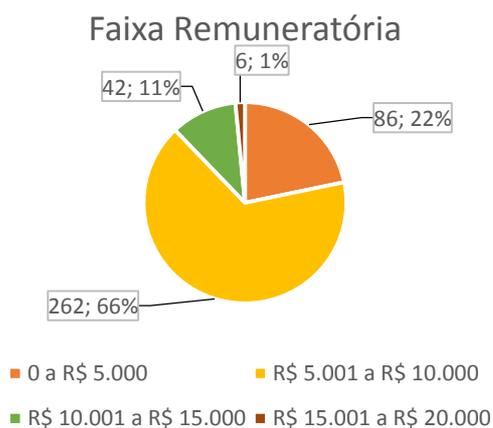
Gráfico 2 – Distribuição dos servidores do Ibram por UF em 2020



Fonte: DW-SIAPE, 2020

A remuneração dos servidores pertence ao Plano Especial de Cargos da Cultura de que trata a Lei nº 11.233/2005 e está distribuída da seguinte forma:

Gráfico 3 – Distribuição dos servidores por faixa remuneratória

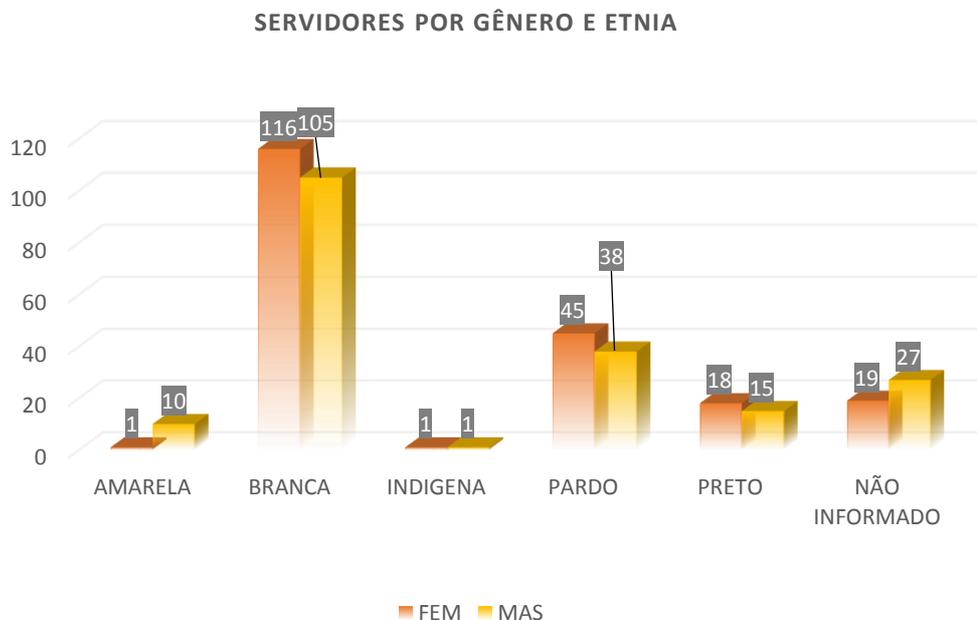


Fonte: Sistema DW, 2020

Gênero e etnia

Evidencia-se uma baixa representação de pardos e pretos entre os servidores do Quadro Permanente do Ibram.

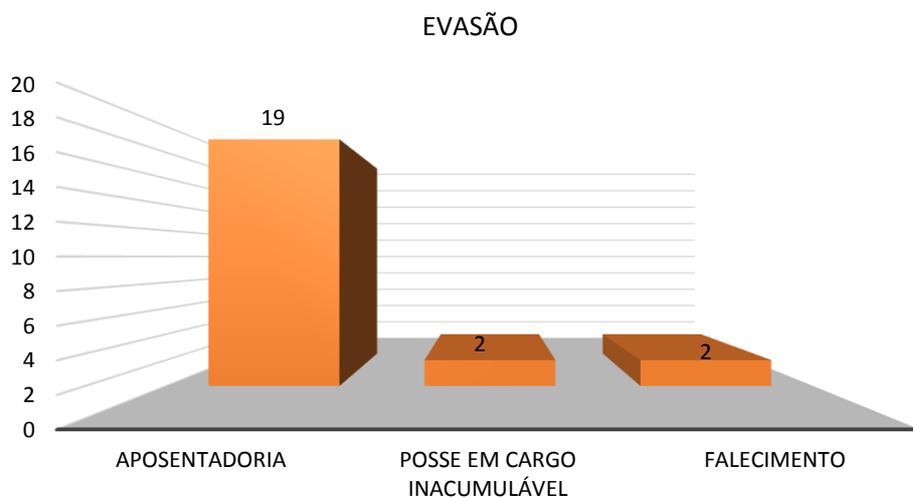
Gráfico 4 – Distribuição dos servidores do Ibram por gênero e etnia em 2020



Fonte: DW-SIAPE, 2020

O maior motivo de evasão dos servidores do Ibram em 2020 é aposentadoria, totalizando 19.

Gráfico 5 – Evasão de servidores do Ibram em 2020



Fonte: SIAPE, 2020

No que se refere à distribuição dos cargos comissionados (Quadro 2), pode-se verificar que 70 cargos em comissão DAS, níveis 1, 2, 3 e 4, 71% estão ocupados por servidores de carreira, percentual superior ao mínimo estabelecido no Decreto nº 5.497/2005.

Quadro 2 - Distribuição dos servidores por situação funcional

SITUAÇÃO	QTD
ATIVO PERMANENTE	376
REQUISITADO	44
NOMEADO CARGO COMIS.	26
REQ.DE OUTROS ORGAOS	1
EXERC DESCENT CARREI	17
EXERCÍCIO PROVISÓRIO	1
EXERC. §7º ART93 8112 - ANISTIADO	16
EM EFETIVO EXERCÍCIO	501
CEDIDO	20
APOSENTADO	231
BENEFICIARIO PENSÃO	19

Fonte: SIAPE, 2020

A estruturação da política de gestão de pessoas para cumprimento do objetivo estratégico de manter o quadro funcional efetivo suficiente e qualificado para o alcance das metas institucionais, tem sido um desafio enfrentado anualmente. Diversas solicitações têm sido encaminhadas ao Ministério do Planejamento, objetivando autorização para realizar concurso público, conforme pode-se verificar no quadro de processos, apresentado a seguir:

Quadro 3 – Solicitações para realizar concurso no Ibram

01415.004790/2012-35	2013
01415.004612/2013-95	2014
01415.004612/2013-95	2015
01415.004399/2015-83	2016
01415.003017/2016-85	2017
01415.002945/2017-11	2018
01400.004249/2018-81	2019
01415.001224/2019-48	2020
01415.000700/2020-47	2021

Fonte: Sei

Foram utilizadas duas ações estratégicas para minimizar a carência de pessoal no Instituto: publicação de edital para viabilizar a requisição e a movimentação de servidores de outros órgãos federais com interesse em prestar serviço ao Ibram.

Também, realizou-se a chamada pública para a seleção de diretores das Unidades Museológicas do Instituto, mediante a publicação dos Editais de processos seletivos do Museu da Inconfidência e Museu Histórico Nacional.

Foram elaborados e ainda estão em andamento as chamadas públicas das seguintes Unidades Museológicas:

- Museu Villa Lobos – 01415.000430/2020-74
- Museus das Missões – 01415.000893/2020-36
- Museu Regional de Caeté - 01415.000592/2020-11
- Museu Lasar Segall – 01440.000048/2020-53
- Museu do Diamante - 01415.002612/2020-80
- Museu de Arqueologia de Itaipu – 01415.002614/2020-79

Desenvolvimento de pessoas

Capacitação

O aperfeiçoamento dos mecanismos de valorização dos servidores e colaboradores tem sido realizado mediante a concretização de eventos presenciais e à distância, proporcionando a efetivação de 452 ações de capacitação, o que dá uma média de uma ação de capacitação por servidor, tendo em vista que temos 501 servidores em efetivo exercício no Ibram. Em 2020, devido a pandemia de COVID-19, quase todas as ações foram a distância, conforme Gráfico 6:

Gráfico 6 – Modalidades de Capacitação realizadas no Ibram em 2020



Fonte: Dados obtidos na “planilha de realização de cursos 2020” – Divisão da Capacitação 2020

Mais uma consequência nítida da pandemia foi a redução dos gastos com viagens. Com isso, praticamente 100% das capacitações, não tiveram custos com diárias e nem passagens, conforme verifica-se no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Inclusão de diárias e passagens para realizar a capacitação em 2020



Fonte: Dados obtidos na “planilha de realização de cursos 2020” – Divisão da Capacitação 2020

Foram utilizadas cerca de dezenove mil horas de capacitação pelos servidores, o que significa dizer que cada servidor realizou em média, 37 horas de treinamento.

Quadro 4 - Horas de treinamento

Carga horária total	18.736
Carga horária por servidor	37
Carga horária por ação de capacitação	41

Fonte: Dados obtidos na “planilha de realização de cursos 2020” – Divisão de Capacitação 2020

Foram investidos um valor de R\$7.740,00 (sete mil setecentos e quarenta reais) no pagamento de inscrição de servidores em ações de capacitação. Assim, podemos inferir que foram gastos somente cerca de R\$ 15,00 (quinze reais) para capacitar cada servidor. Fato este que pode ser justificado em grande parte pelo aumento da oferta de cursos gratuitos pela ENAP através da plataforma da Escola Virtual de Governo-EVG.

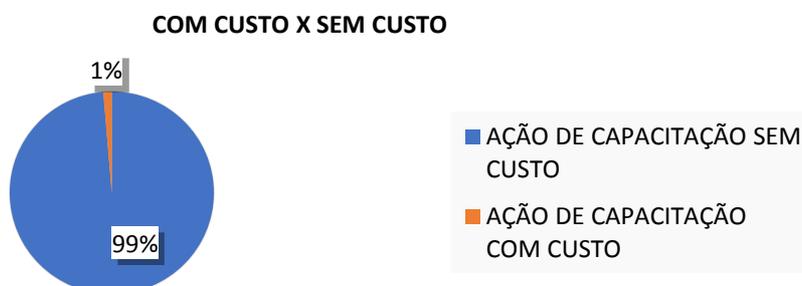
Quadro 5 - Pagamento de inscrição em reais (R\$)

Investimento total	7.740,00
Investimento por servidor	15,00
Investimento por ação de capacitação	17,00

Fonte: Dados obtidos na “planilha de realização de cursos 2020” – Divisão de Capacitação 2020

Quase todas as nossas ações de capacitação, 99%, não tiveram custos com o pagamento de inscrição de servidores.

Gráfico 8 – Capacitações realizadas com e sem custo em 2020



Fonte: Dados obtidos na “planilha de realização de cursos 2020” – Divisão de Capacitação 2020

Ressaltamos que as chefias do Ibram também foram capacitadas, totalizando 139 participações de chefias em treinamento, o que representa 31% dos servidores que fizeram capacitação. Valor bastante significativo, tendo em vista que temos 168 cargos autorizados (FG, DAS ou FCPE).

Gráfico 9 – Servidores Capacitados com função e sem função em 2020

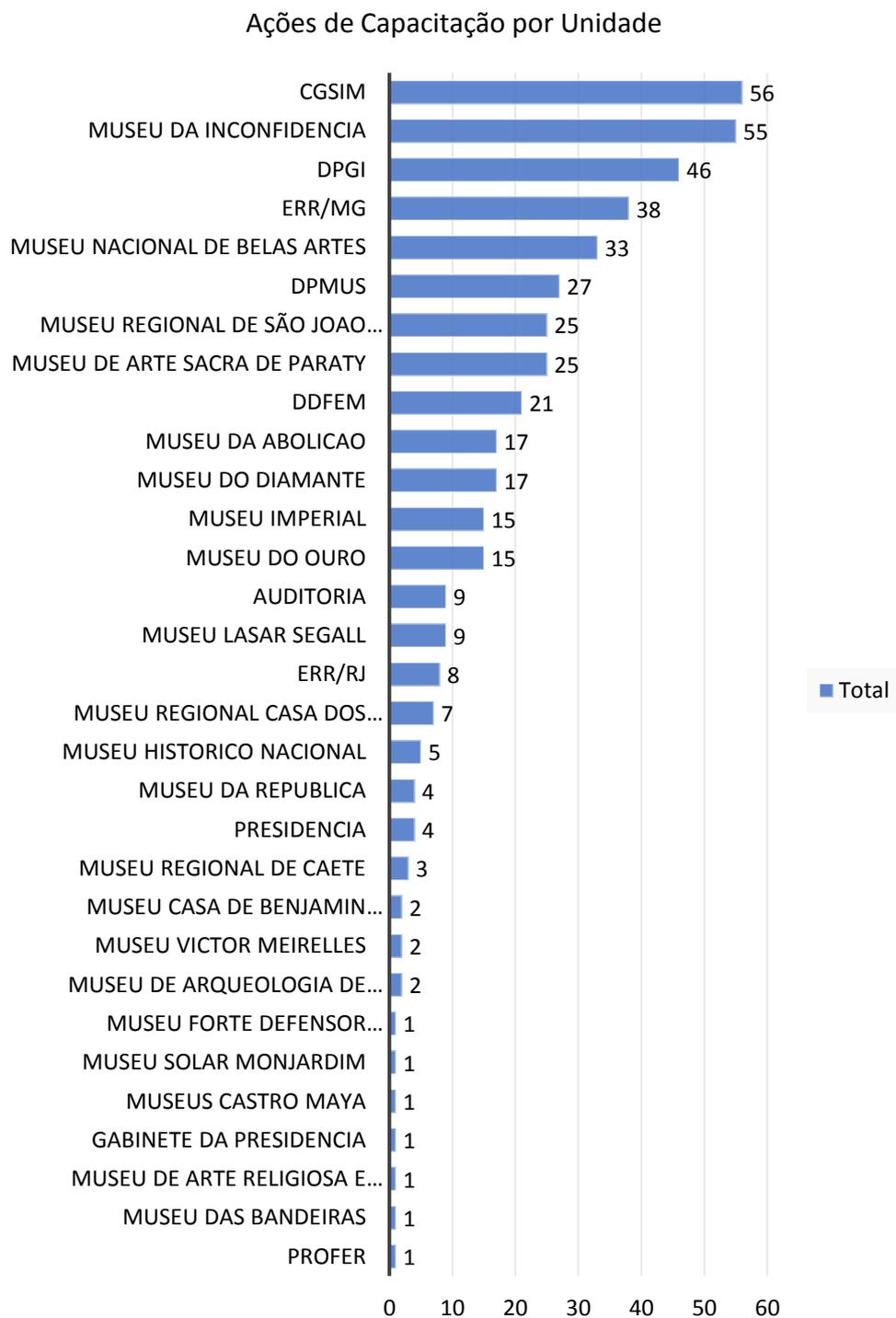


Fonte: Dados obtidos na “planilha de realização de cursos 2020” – Divisão de Capacitação 2020

A maioria das ações de capacitação foram realizadas por servidores da área meio, com destaque para os do Departamento de Planejamento e Gestão Interna-DPGI e os do Escritório de Representação Regional-ERR/MG. Acontecimento esse que pode ser justificado pelo fato de termos diversas Unidades Museológicas com poucos servidores, cada uma. E por estarmos tendo diversas mudanças nos procedimentos e nas legislações que regem as atividades da área administrativa, ocasionando uma

maior demanda por atualização. Destaca-se que todas as Unidades do Ibram tiveram pelo menos um servidor capacitado.

Gráfico 10 – Distribuição das capacitações por Unidade no Ibram em 2020



Fonte: Dados obtidos na “planilha de realização de cursos 2020” – Divisão de Capacitação 2020

Despesas de pessoal

Registra-se que o aumento discreto das despesas com pessoal até 2018, deve-se à publicação da Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016, que alterou a remuneração de servidores públicos e reajustou a tabela de valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural – GDAC e da Lei nº 13.328, da mesma data que alterou a remuneração dos cargos comissionados e funções de confiança. Vale lembrar que, devido à pandemia, os servidores não fizeram jus ao auxílio-transporte, dentre outros benefícios, o que acarretou no decréscimo das despesas com pessoal ativo.

Por fim, outro ponto a destacar é que, diferentemente dos anos anteriores, em 2020 a despesa com requisitados não incluiu os valores pagos a título de DAS e benefícios a estes servidores, tendo sido considerado apenas os recursos empenhados e pagos na natureza de despesa específica para essa finalidade (vinculação 309).

Tabela 3 - Detalhamento de Despesa de Pessoal do Ibram no período de 2017 a 2020

Situação Funcional	Anos			
	2017	2018	2019	2020
Ativo Permanente	52.375.494,77	56.583.346,00	47.109.817,14	38.123.993,42
Requisitados	2.416.245,19	2.841.878,27	2.625.417,69	410.657,20
Sem Vínculo	1.889.146,56	2.010.098,50	2.785.957,06	2.433.446,38
Aposentado	9.890.633,11	12.414.769,66	19.671.563,29	21.080.461,66
Pensionista	603.404,94	792.252,11	864.222,20	1.031.519,22
Total	67.174.924,57	74.642.344,54	73.056.977,38	63.080.077,88

Fonte: SIAFI, 2020

Gráfico 11 – Evolução da despesa com pessoal no período de 2017 a 2020



Fonte: SIAFI, 2020

Os grandes desafios da Coordenação permearão no desenvolvimento de novas estratégias para atrair, recrutar e reter talentos, capacitação de gestores, servidores e colaboradores, dinamizando o plano de Desenvolvimento de Pessoas, orientando suas temáticas, identificando as demandas críticas para priorizar o atendimento buscando assegurar recursos que viabilizem sua realização e desenvolver ações que visem a melhoria do clima organizacional.

Na Política de valorização dos servidores, a Coordenação de Gestão de Pessoas implementou a descentralização de recurso orçamentário das ações de capacitação para as unidades gestoras do Instituto, proporcionando maior autonomia aos Museus – Unidades Gestoras – possibilitando a realização de cursos “In Company” e/ou coletivos de interesse dos servidores e adequados às necessidades institucionais no âmbito da Unidade da Federação.

Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Um dos maiores riscos identificados na gestão de pessoas, que pode comprometer, de forma grave, o cumprimento da missão institucional, ao longo do tempo, e os objetivos estratégicos no médio e longo prazo, é a carência de pessoal. Atualmente, a situação do Ibram, no que se refere à força de trabalho, é alarmante. Para que se possa ter uma ideia mais próxima da realidade, seguem alguns números levantados em dezembro de 2020:

Gráfico 12 – Evasão dos servidores efetivos do Ibram no período de 2017 a 2020



Fonte: SIAPE, 2020.

Recomposição dos quadros

São vários os fatores que apontam a necessidade de recomposição de quadros do Ibram. Um deles é o fato do elevado índice de evasão dos servidores nomeados no concurso realizado em 2010, 47,62%,

quando se compara o quantitativo de exonerações com o número total de vagas oferecido, (Fonte: Quadro Evasão de Concurso Público).

Dos 396 servidores que compõem o quadro permanente do Ibram, 20 estão cedidos, 182, ou seja 46%, servidores têm mais de 50 anos de idade; e 79 servidores recebem abono de permanência; (Fonte: Relatório DW referente a folha de dezembro)

Os requisitados, os nomeados sem vínculo, em exercício descentralizado e outros somam 95 trabalhadores, ou seja, 21% considerando o efetivo total em exercício no Ibram (501 pessoas).

Outro complicador que sobressai é o atendimento à legislação existente na Administração Pública Federal, em virtude disso foram criados alguns núcleos e unidades dentro da Autarquia, sem que houvesse criação de cargos para atender à demanda: Corregedoria, Ouvidoria, Convênio, Assessoria Internacional, Prestação de Contas, os Escritórios de Representação em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

É importante ressaltar que, além do papel de fiscalizador, o Ibram teve um considerável acréscimo de atribuições com a publicação do Decreto nº 8.124/2013, como o Inventário Nacional de Acervos Musealizados e o Registro de Museus, as quais não estavam previstas quando da criação desta Autarquia e mais recentemente a publicação do Acórdão nº 1243/2019 – Plenário TCU, que atribuiu responsabilidades ao Instituto referente ao levantamento realizado que teve por objetivo verificar as condições de segurança de patrimônio dos museus sob a responsabilidade de órgãos e entidades federais, além de identificar os principais riscos e oportunidades de melhoria na gestão patrimonial e orçamentárias desses equipamentos públicos.

Para tornar-se viável, dentro da conjuntura condicionante da época, a estrutura do Ibram foi planejada de forma bastante austera e restrita, o que ensejou o nível dos cargos de confiança (DAS) da instituição abaixo do padrão para autarquias, conforme estabelece o Anexo V, da IN nº 03/2010. Sendo assim, entre DAS, FCPE e Função Gratificada, o Ibram possui 168 cargos autorizados pelo Decreto nº 6.845/2009, alterado pelo decreto nº 8.904/2016, quando estudos de reestruturação apontam a necessidade de 633 cargos.

O atual quadro em exercício encontra-se abaixo do requerido pela missão, competência e atribuições do Ibram. É necessário efetivar uma lotação funcional equivalente à demanda institucional, de modo a recompor a força de trabalho insuficiente já naquele momento do concurso, seja nas atividades finalísticas sejam nas de suporte. O não atendimento aos pleitos para realização de concursos, implica um aumento do passivo, redução na capacidade de atendimento às atividades finalísticas, dificuldades de respostas às novas demandas e limitação das possibilidades de ampliação dos serviços prestados

Principais desafios 2021

- Implantar o Programa de Gestão de Demandas.
- Concluir a alimentação do Sistema AFD - Assentamento Funcional Digital.
- Viabilizar a adoção de experiência-piloto de teletrabalho, mediante a introdução de rotinas de trabalho à distância.
- Implantar o programa de incentivo à graduação e pós-graduação com vistas à ampliação da formação acadêmica, à qualificação e ao aperfeiçoamento do quadro de pessoal do Ibram.
- Publicar os editais de seleção para os Museus Villa Lobos, Regional de Caeté, Lasar Segall, Missões, Nacional de Belas Artes, do Diamante e de Arqueologia de Itaipu.
- Celebrar parceria, convênio ou contratação de empresa especializada para realização de exames periódicos, com o objetivo de preservação e atenção à saúde dos servidores públicos do IBRAM, em função de riscos no ambiente de trabalho e doenças ocupacionais ou não, em atendimento ao disposto no art. 206-A da Lei nº 8.112/1990.
- Implantar o SISREF – Sistema de Registro de Frequência – IN nº 125 de 3/12/2020.
- Implantar o SIGEPE-AD – Sistema de Gestão de Pessoas – Avaliação de Desempenho.
- Revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto conforme preceitua o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Gestão de custos, licitações, contratos, recursos logístico e convênios

Gestão de Licitações e contratações

Na gestão de licitações, foram realizados 45 procedimentos para aquisições de bens e serviços, totalizando o montante de R\$ R\$ 8.478.788,95, conforme planilha abaixo.

Modalidade	Quantidade	Valor	%
Adesão a registro de Preços	-	-	-
Cotação Eletrônica	-	-	-
Dispensa de licitação	26	R\$ 1.026.782,88	12,11%
Inexigibilidade de Licitação	15	R\$ 35.809,26	0,42%
Pregão Eletrônico	4	R\$ 7.416.196,81	87,47%
Concorrência	-	-	-
TOTAL		R\$ 8.478.788,95	100,00%

Fonte: Comprasnet

No decorrer do exercício foram introduzidos novos atos administrativos para melhorar os procedimentos destinados às contratações, destacam-se o advindo das instruções normativas nº 40/2020 e nº 73/2020, as quais trouxeram refinamento e seguranças para as normas e procedimentos licitatórios. Vejamos:

A Instrução Normativa nº 40/2020, a qual dispõe “sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital”, resultou em detalhamento minucioso no procedimento, especialmente ao conteúdo dos estudos técnicos preliminares.

Ademais, a normatização mais minudente trouxe maior segurança nas contratações públicas, orientando os agentes no planejamento do Estudo para a aquisição de bem ou serviços para administração, e conseqüentemente o fortalecimento da governança pública, compactuando com a essencialidade da atividade de planejamento para o êxito da contratação.

Por outro lado, a Instrução Normativa nº 73/2020, que dispõe “sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, trouxe maior consolidação de condutas pelos gestores públicos, laborando como boa prática e fornecendo mais efetividade aos procedimentos.

Podem ser citadas como efetivas novidades, questões como a conceituação de preço estimado, preço máximo e sobrepreço (art. 2º) e a necessidade de demonstração da vantajosidade à adesão a atas de RP mediante a adoção de procedimentos de pesquisa de preços (art.1º, §3º). Sobre estes louvável a permissão concedida pela IN no sentido de que o preço estimado não se converta, obrigatoriamente, no preço máximo lançado em edital. Nessa linha, o art. 10 expressamente autoriza ao gestor que sopesse outros aspectos relevantes para a fixação de um preço real e que, por exemplo, não desestime a participação de potenciais fornecedores no certame.

Assim, a Instrução normativa apresenta o refinamento das regras já existentes, conquanto tenha estabelecido pilares e diretrizes válidas para fornecer guarida para o presente momento.

Na gestão de contratos, foram pactuados 60 instrumentos que representou um montante de obrigações em R\$ 45.854.656,09 (Quarenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e seis vírgula zero nove), conforme quadro abaixo, destinados ao pleno funcionamento da Sede do Ibram, em Brasília/DF e as 7 Unidades Museológicas classificadas como nível II e nível III (Bandeiras, Arte Sacra da Boa Morte, Casa da Princesa, Casa Histórica de Alcântara, Abolição,

Victor Meirelles e Missões), distribuídas pelos estados brasileiros, tais como: vigilância, limpeza e conservação, telefonia, internet, serviços de apoio de administrativo e de recepção, fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e manutenção da rede de esgoto, dentre outros, além da gestão patrimonial de bens móveis e imóveis, analisando, classificando, empenhando, apropriando, liquidando e pagando as despesas de tais unidades.

As obrigações contratuais estão distribuídas, por gastos, na seguintes regiões:

Quantidade de Instrumentos Vigentes	UF	Montante	%
20	DF	R\$ 24.123.249,17	52,61%
8	GO	R\$ 1.166.185,81	2,54%
8	MA	R\$ 5.846.536,79	12,75%
7	PE	R\$ 8.024.934,44	17,50%
5	RJ	R\$ 5.466.277,40	11,92%
5	RS	R\$ 105.210,12	0,23%
7	SC	R\$ 1.122.262,36	2,45%

Na sua essência os instrumentos vigentes são destinados ao pleno funcionamento da Sede do Ibram, em Brasília/DF e das 7 Unidades Museológicas classificadas como nível II e nível III (Bandeiras, Arte Sacra da Boa Morte, Casa da Princesa, Casa Histórica de Alcântara, Abolição, Victor Meirelles e Missões), distribuídas com os serviços: vigilância, limpeza e conservação, telefonia, internet, serviços de apoio de administrativo e de recepção, fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e manutenção da rede de esgoto, dentre outros, além da gestão patrimonial de bens móveis e imóveis, analisando, classificando, empenhando, apropriando, liquidando e pagando as despesas de tais unidades.

Ressalta-se que há uma especificidade quanto à autonomia Administrativa e Orçamentária na gestão dos recursos logísticos pelas outras Unidades Ibram, quais sejam: as doze Unidades Gestoras Executoras nível I (Inconfidência, República e Palácio Rio Negro, Histórico Nacional, Imperial, Lasar Segal, Nacional de Belas Artes, Castro Maya, Villa-Lobos); o Escritório de Representação Regional do Ibram – ERR/MG, que gerencia as Unidades Museológicas localizadas em Minas Gerais e no Espírito Santo (Diamante, Ouro e Casa Borba Gato, Regional de São João Del Rey, Casa dos Ottoni, Caeté e Solar Monjardim) e o Escritório de Representação Regional no Rio de Janeiro, que coordena a gestão das Unidades sediadas no Rio de Janeiro (Benjamim Constant, Arte Sacra de Paraty/Forte Defensor Perpétuo de Paraty, Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio e Casa da Hera).

Gestão Patrimonial e infraestrutura

O Instituto administra 30 (trinta) museus, responsáveis pela manutenção e funcionamento de 42 edificações, incluindo edículas, anexos, parques, palácios, casas e jardins históricos, com áreas de proteção ambiental e matas nativas. Incluem-se também outros 03 (três) imóveis/edificações de uso administrativo, quais sejam: Sede do Ibram - Brasília e os Escritórios Regionais de Representação no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, que se mudarão em breve para um espaço compartilhado.

Como mencionado, em 2019 foram iniciados os procedimentos para as regularizações das divergências relativas as classificações contábeis nos acervos patrimoniais administrativos, com previsão de conclusão no exercício de 2020, com a implantação total do controle patrimonial, via SIADS. Contudo, em razão da pandemia, essa ação foi postergada para o exercício de 2021, por força da portaria nº 232, de 2 de junho de 2020.

Assim, o Ibram realizou a contratação de empresa especializada, cuja prestação de serviços envolverá apoio técnico e operacional para as atividades de apoio à gestão de bens patrimoniais administrativos de todo o Ibram com o objetivo de implantar o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - SIADS.

Locação de imóveis

A Sede do Instituto em Brasília/DF está situada em um imóvel alocado sito no Setor Bancário Norte Quadra 02 Bloco N, Edifício CNC III, Brasília-DF, desde o ano de 2009 e está em consonância com os regramentos de ocupação definido pelo Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012 e Portaria MPOG nº 249, de 13 de junho de 2012, no quesito m² de ocupação por servidor.

Principais desafios e ações para 2021.

Gestão de contrato - consolidar a utilização da ferramenta **comprasnet contratos** do governo federal no âmbito deste Instituto, com vista a automatizar os processos de gestão contratual e conecta os servidores responsáveis pela execução e fiscalização de contratos, tornando informações disponíveis a qualquer momento e melhorando as condições de gestão e relacionamento com fornecedores.

Gestão de Licitação – consolidar e aprimorar no âmbito do Instituto o uso do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC na elaboração do Plano Anual de Contratações, possibilitando a maximização dos resultados institucionais e o uso racional dos recursos públicos, com vista a uma melhor articulação entre o planejamento das contratações com a proposta orçamentária, de forma que haja aderência entre estas ações com o planejamento estratégico da organização.

Gestão de Patrimônio - O desafio será a contabilização física e contábil de todo o acervo patrimonial administrativo do Instituto no exercício de 2021, haja vista que desde a transferência dos bens do

Iphan, em 2009, quando a criação do Instituto, não foram realizados, à época, o devido tratamento das informações dos bens transferidos.

Contudo, a regularização dos bens entre IPHAN/Ibram está em vias de concretização, em razão dos esforços conjuntos traduzidos na Comissão Conjunta entre os dois órgãos que elaborou o Relatório Final para aprovação das autoridades competentes.

Outro desafio será a localização de um prédio público para a instalação em definitivo da Sede deste Instituto que, desde a sua criação, em 2009, vem utilizando do espaço de terceiros, por meio de locação de imóvel.

Gestão e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação

A Governança e Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação é o principal instrumento para entrega de valor dos serviços públicos à sociedade, mediante a utilização de soluções inovadoras, informações acessíveis e recursos públicos otimizados.

A Governança da TIC não se limita à Sede do Instituto. A Coordenação de Tecnologia da Informação – CTINF é responsável também pela governança, estratégia, e gestão de TIC dos Museus vinculados, seus anexos e Representações Regionais do RJ e MG.

A Gestão de TIC no Ibram implica a utilização sensata de meios (recursos, pessoas, processos, práticas) para alcançar o objetivo institucional. A CTINF atua no planejamento, construção, organização e controle das atividades operacionais e se alinha com a direção definida pelo Instituto.

Ações 2020

- Planejamento da contratação/aquisição da ferramenta Office 365, cujo objetivo seja propiciar a atualização e a expansão das licenças de uso de software, incluindo a evolução de sistemas e aplicativos da plataforma Microsoft, além de suporte técnico para as referidas ferramentas no ambiente computacional do Ibram.
- Planejamento da contratação da prestação de serviços de outsourcing de impressão, reprografia e digitalização, para atendimento das necessidades do Instituto Brasileiro de Museus e suas unidades museológicas, na modalidade franquia de páginas mais excedente com papel, com fornecimento de equipamentos multifuncionais digitais (impressora, digitalizadora e copiadora), em regime de comodato, capazes de operarem rede de computadores com ambiente Windows.
- Planejamento da contratação da prestação de serviços técnicos continuados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação de central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade *Service Desk*, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da

infraestrutura de TIC do Ibram, museus vinculados e escritórios regionais.

- Planejamento de Aquisição de solução para comercialização eletrônica de ingressos das publicações editadas pelo Ibram (Sede e Museus), compreendendo a implantação de Livraria e Bilheteria Virtual; treinamento, prestação de serviços de internet, de comercialização eletrônica (e-commerce), de suporte técnico e atualização de versão para toda solução contratada pelo período de 24 (vinte e quatro) meses. A solução deverá estar integrada ao PagTesoouro, de acordo com os requisitos da Secretaria do Tesouro Nacional para desburocratizar a emissão de GRUs nos moldes tradicionais e passar a utilizar a GRU eletrônica.
- Planejamento da contratação de aquisição de equipamentos de informática, no caso, estações de trabalho (microcomputadores desktops) com monitor e equipamentos móveis (notebooks), a serem usados nas atividades laborais da Autarquia
- Migração do contrato das telefonia fixa e móvel.
- Prorrogações contratuais dos de Service Desk e de Outsourcing de Impressão.
- Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTIC. O PDTIC é um instrumento de gestão que permite nortear e acompanhar a atuação da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). O ambiente no qual o órgão está inserido é analisado de forma que as ações de TIC estejam alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição. Os desafios enfrentados pela CTINF para realizar a gestão de TIC, no período de vigência do PDTIC IBRAM 2020 - 2022, foram:
 - dimensionamento insuficiente de cargos;
 - pouca disponibilidade de recursos orçamentários; e
 - escassez de profissionais - 1 (um) Coordenador, 1 (um) Chefe de Divisão de Infraestrutura, 1 (uma) Assessora Técnica e 1 (uma) Assistente Técnica e 1 (um) Analista de TI, 35,7% do necessário.
- Mapeamento dos processos de infraestrutura de TIC.
- Migração do sistema Koha alocado no ambiente tecnológico do museu Lasar Segall o ambiente tecnológico do Ibram Sede.
- Desenvolvimento do Plano de Capacitação da Equipe de TIC, tendo como referências o plano de Gestão de Pessoas do PDTIC e os cursos disponíveis no PROATI;
- Mapeamento das necessidades tecnológicas e negocial para a internalização do sistema Programa de Gestão – PGD. Tal ferramenta disciplina o exercício de atividades em que os resultados possam ser efetivamente mensurados, cuja execução possa ser realizada pelos participantes,

conforme preconiza a Instrução Normativa Nº 65 de 2020. Apesar da orientação da instrução normativa para a utilização da ferramenta, a Coordenação deparou-se com a limitação quanto à disponibilização do serviço no ambiente tecnológico do Instituto, pois não dispõe de uma fábrica de software para realizar as configurações e adaptações necessárias para o fornecimento do serviço. Após diversas tentativas de contato, sem êxito, com a equipe do Programa de Gestão do Ministério da Economia, que havia se disponibilizado a apoiar na internalização do sistema por meio da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), teve acesso ao arquivo de virtualização do PGD e, por fim, finalizou o trabalho de mapeamento de internalização.

- Implementação da ferramenta Teams – A ferramenta da Microsoft permite a realização de reuniões à distância, auxiliando a comunicação por meio da troca de arquivos e a colaboração entre os servidores e prestadores de serviços. No âmbito dos Museus, Representações e o Ibram Sede, podem-se destacar os seguintes benefícios da referida ferramenta:

- organização centralizada dos grupos colaborativos;
- segurança corporativa das mensagens e arquivos compartilhados;
- chamadas de áudio e vídeo, permitindo, assim, uma maior integração entre as equipes, independentemente da localização geográfica. É importante destacar que tal funcionalidade gera economia ao órgão, pois não há a necessidade de gastos com diárias e passagens, e auxilia nos cumprimentos das recomendações sanitárias quanto ao distanciamento social imposto pelo estado pandêmico relativo à Covid-19;
- gravações, em nuvem, das reuniões realizadas;
- integração com as ferramentas do Office 365;
- criação de canais de equipes, podem ser usados para manter conversas sobre tópicos específicos relevantes para a equipe;

- Implementação do protocolo de redes Multiprotocol Label Switching – MPLS. O MPLS representa um protocolo de chaveamento de pacotes, que possibilita o encaminhamento de etiquetas para identificação do roteador mais próximo, e define o melhor fluxo de envio desses pacotes. Assim sendo, destacam-se os seguintes benefícios na infraestrutura de TIC após a implementação da solução:

- Diminuição dos processamentos nos equipamentos de rede, aumentando a velocidade de encaminhamento de rótulos;
- aumento da segurança na rede quanto às invasões cibernéticas;
- permite a criação de redes privadas - VPN;

- oferece qualidade de serviço (QoS) às aplicações que exigem tempo real;
- facilita o escalonamento equipamentos, ou seja, a criação de novodispositivos na rede;
- gestão dos acessos em tempo real por meio do NOC (Network OperatingCenter);
- o aumento da disponibilidade e do desempenho de sistemas, como o SEI. O referido sistema apresentava baixa taxa de desempenho devido aos diversos tipos de banda passante das redes locais e aos perfis de usuários que não eram padronizados tampouco otimizados para o uso em rede corporativa.

Principais desafios para 2021

O contexto de gestão na administração pública está mudando para uma serviço público voltado para a transformação digital. Considerando as dificuldades relacionadas com a capacidade operacional do Ibram , considerando seus recursos orçamentários e de pessoal precisamos destacar que realizar o que está previsto exige recursos disponíveis. Além de orçamento para realizar os desafios previstos, a equipe precisa de investimento em capacitação contínua de seus servidores e também dos servidores das áreas administrativas para que se tornem capazes de desenvolver ações, otimizando a capacidade operacional de servidores que atuam em outras coordenações. Além é claro de ser considerada como uma área estratégica pela alta gestão. Seguem algumas das ações previstas:

- Revisão dos Atos Normativos da TIC.
- Realizar a aquisições de Licenças para servidores de rede.
- Disponibilizar certificado digital para o Ibram.
- Apoiar a migração do portal institucional para o GovBR.
- Renovação de serviços de suporte e outsourcing de impressão.

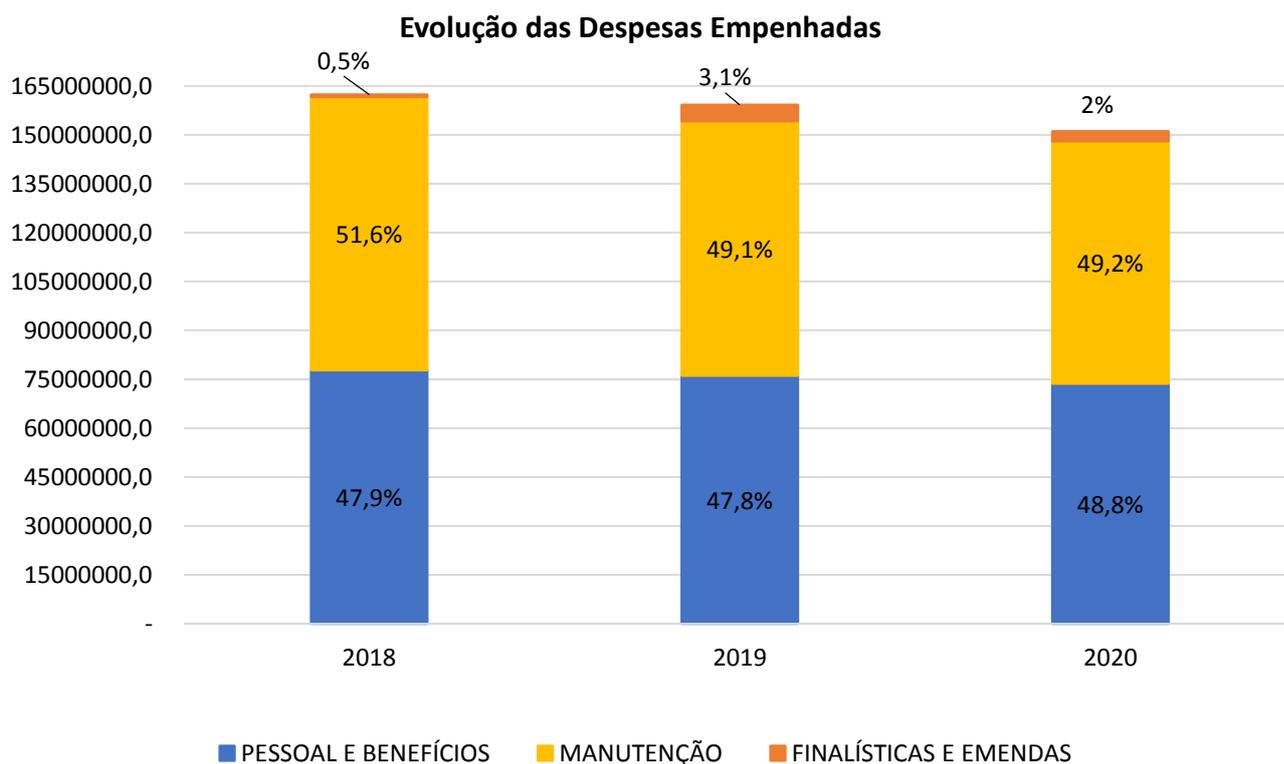
6. Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Evolução dos últimos anos da execução orçamentária da unidade

O quadro a seguir compreende execução das dotações consignadas à Unidade Orçamentária do Instituto Brasileiro de Museus (UO 42207 até 2018, como unidade do Ministério da Cultura; UO 55209 de 2019 a maio de 2020, como unidade do Ministério da Cidadania; e UO 54208 desde junho de 2020, quando o Instituto passou a fazer parte da estrutura do Ministério do Turismo).

ano e grupo de ações	dotação atualizada	despesas empenhadas	despesas pagas
2018	168.156.580,00	162.378.405,03	136.495.378,01
manutenção	84.563.869,00	83.828.906,67	63.570.317,67
finalísticas	244.186,00	232.180,00	232.180,00
emendas	500.000,00	500.000,00	152.500,00
pessoal e benefícios	82.848.525,00	77.817.318,36	72.540.380,34
2019	176.048.111,00	159.203.151,71	138.708.430,60
manutenção	80.023.945,00	78.103.953,78	65.328.597,81
finalísticas	5.308.237,00	4.397.240,18	2.186.671,60
emendas	700.000,00	600.000,00	-
pessoal e benefícios	90.015.929,00	76.101.957,75	71.193.161,19
2020	157.786.837,00	151.062.170,35	131.484.392,12
manutenção	75.183.579,00	74.394.556,46	61.816.823,35
finalísticas	851.966,00	839.531,78	677.037,20
emendas	2.225.000,00	2.125.000,00	-
pessoal e benefícios	79.526.292,00	73.703.082,11	68.990.531,57

Fonte: Tesouro Gerencial



Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa

O quadro e gráficos a seguir abrangem todo o orçamento empenhado e pago pelas unidades executoras do Ibram, ou seja, dotações orçamentárias originárias do Ibram executadas diretamente e dotações orçamentárias recebidas de outros órgãos (Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, Fundo Nacional de Cultura, Ministério do Turismo, IPHAN, Fundação Joaquim Nabuco e Fundação Casa de Rui Barbosa).

As despesas do Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais respondem por 46% dos valores empenhados pelo Ibram, sendo a maior parte para pagamento dos servidores ativos.

As despesas correntes (Grupo 3), que equivalem a 53,5% dos empenhos do Ibram, incluem despesas com pagamento de benefícios a servidores e dependentes, mas a maior parcela se refere a pagamento de contratos de serviços terceirizados nos museus vinculados, Sede e representações regionais. Também neste grupo estão a maioria das despesas finalísticas empenhadas em 2020 (de orçamento próprio, de emendas parlamentares e de destaques).

Quanto ao Grupo 4 – Investimentos, refere-se no geral a pequenas despesas de obras de restauração de espaços dos museus vinculados e de aquisição de equipamentos para manutenção e infraestrutura dos museus, Sede e representações.

Execução 2020 - Por Grupo E Elemento De Despesa (R\$)				
Grupo De Despesa	Elemento De Despesa		Despesas Empenhadas	Despesas Pagas
1 Pessoal E Encargos Sociais	11	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	39.147.665,79	36.580.702,81
	01	Aposent.Rpps, Reser.Remuner. E Refor.Militar	21.080.461,66	19.428.422,44
	13	Obrigacoes Patronais	7.824.271,83	7.824.271,83
	03	Pensoes Do Rpps E Do Militar	1.031.519,22	946.476,61
	16	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	585.036,32	496.870,45
	96	Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	410.657,20	383.681,36
	92	Despesas De Exercicios Anteriores	15.635,99	15.635,99
	07	Contribuicao A Entidade Fechada Previdencia	5.216,54	4.754,23
3 Outras Despesas Correntes	37	Locacao De Mao-De-Obra	55.746.747,90	46.777.941,81
	39	Outros Servicos De Terceiros Pj - Op.Int.Orc.	11.697.884,08	8.366.212,05
	40	Servicos De Tecnologia Da Informacao E Comunicacao - Pj	5.774.906,35	5.021.130,79
	41	Contribuicoes	2.638.866,00	363.368,00
	46	Auxilio-Alimentacao	2.257.083,74	2.105.676,89
	93	Indenizacoes E Restituicoes	874.563,38	809.496,64
	35	Servicos De Consultoria	837.020,40	365.136,93
	92	Despesas De Exercicios Anteriores	447.299,61	447.299,61
	36	Outros Servicos De Terceiros - P.Fisica	430.011,99	404.010,15
	49	Auxilio-Transporte	317.570,73	260.362,44
	47	Obrigacoes Tributarias E Contributivas	282.798,44	265.558,12
	08	Outros Benef.Assist. Do Servidor E Do Militar	263.476,26	243.557,01
	30	Material De Consumo	186.257,59	70.877,77
	33	Passagens E Despesas Com Locomocao	143.248,99	74.395,81
	96	Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado	54.180,87	49.537,50
14	Diarias - Pessoal Civil	35.624,65	35.624,65	
4 Investimentos	51	Obras E Instalacoes	351.310,00	
	41	Contribuicoes	249.502,00	
	52	Equipamentos E Material Permanente	190.063,63	66.297,80
	40	Servicos De Tecnologia Da Informacao E Comunicacao - Pj	16.415,00	

Fonte: Tesouro Gerencial

Execução orçamentária dos principais programas e ações discricionários

Apresentamos a seguir uma breve análise, quadro e gráficos com a execução dos Programas e Ações Orçamentárias do Instituto Brasileiro de Museus (Unidades Orçamentárias 55209 (de janeiro a maio) e 54208 (de junho a dezembro), com valores de dotação orçamentária, despesas empenhadas e liquidadas, compreendendo apenas o orçamento discricionário (primário e decorrente de emendas parlamentares).

No momento da elaboração do PLOA e na aprovação da LOA 2020, o Instituto fazia parte da estrutura do Ministério da Cidadania sob o código de UO 55209. Uma parte da dotação ficou condicionada à aprovação legislativa na UO 93426 e em maio foi remanejada para a UO 55209. Em junho, ocorreu a transferência do IBRAM para o Ministério do Turismo. O remanejamento orçamentário e financeiro para a nova UO 54208 foi efetivado em julho, apenas com os saldos disponíveis, ficando a execução do Ibram dividida em duas unidades orçamentárias.

Em função do histórico de forte contingenciamento da dotação das despesas discricionárias, houve a necessidade de, já na elaboração do PLOA, reduzir ao mínimo as atividades finalísticas, que representaram apenas 4,5% da dotação das despesas discricionárias (exceto emendas individuais), pois foram priorizadas as despesas administrativas, especialmente os contratos continuados já firmados.

Em agosto, o Ibram sofreu um contingenciamento de R\$ 10,6 milhões nas principais ações de manutenção administrativa e projetos finalísticos dos museus vinculados. A fim de recompor parcialmente o orçamento, ao menos das despesas administrativas, foi realizado o bloqueio de todo o saldo disponível em ações finalísticas e de capacitação de servidores, comprometendo a realização até mesmo projetos e atividades que os museus pudessem realizar durante a pandemia, deixando de explorar a competências e o potencial econômico dos Museus.

Considerando esse cenário, foram priorizadas as despesas com serviços continuados já contratados ou prontos para contratação e com despesas relacionadas à gestão de pessoas.

A Ação **211F – Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais** é destinada a despesas de apoio ao funcionamento das unidades museológicas vinculadas ao Ibram, que possibilitem o pleno acesso aos serviços culturais (despesas de manutenção administrativa, de conservação e de adequação dos espaços museológicos, entre outras), buscando a continuidade das atividades dos museus e a preservação de seus acervos em padrões técnicos e operacionais satisfatórios e de modo a garantir a atratividade e a acessibilidade do público de forma sustentável.

A Ação **2000 – Administração da Unidade** atende a despesas com demandas anuais de despesas

administrativas na sede do Ibram e nas representações de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (energia elétrica e telefonia móvel; despesas de informática; contratos de impressão e de serviços gráficos; contratos de manutenção predial, de limpeza e conservação, de copeiragem e de recepção; alugueis e condomínios; fretes e transportes de cargas e encomendas, por via rodoviária e aérea, em nível nacional e internacional; contrato de estagiários, incluindo museus; materiais de consumo, de modo a garantir a continuidade na prestação de serviços do Ibram; diárias e passagens para visitas técnicas aos museus Ibram e reuniões com representantes dos museus e diretoria do Ibram para alinhamento de estratégias e rotinas; publicações no DOU de modo a não interromper serviços continuados e imprescindíveis para a legalidade dos atos administrativos; aquisições de equipamentos e mobiliário de modo a garantir a infraestrutura continuidade e a melhoria na prestação de serviços do Ibram, incluindo museus; e outros serviços imprescindíveis para a manutenção administrativa).

Além dessas, houve execução de despesas de manutenção nas Ações **216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos** e **4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**.

Quanto às despesas finalísticas, a Ação **20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira**, que costuma ser a principal ação finalística do Ibram, teve sua realização em 2020 bastante prejudicada pela pandemia e pela indisponibilidade orçamentária (primeiro, pela transferência de órgão, depois, pelos bloqueios de créditos). Houve realização de atividades dos Museus Histórico Nacional, Abolição, Victor Meirelles, São João Del Rei e da própria sede do Ibram.

Outra importante ação finalística foi a **219Z - Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**, cujo orçamento foi executado com despesas de obras de recuperação e pequenas reformas nos Museus Imperial, Casa da Hera, Casa Histórica de Alcântara, Inconfidência, Chácara do Céu e Solar Monjardim.

Foram mantidas no orçamento 2020 as duas contribuições da Ação **000Q - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**.

- Contribuição ao Programa IBERMUSEUS, desenvolvido no âmbito da Secretaria Geral Ibero-Americana da Organização dos Estados Ibero-Americanos - OEI, tendo em vista que o Brasil é Estado Membro da Conferência Ibero-Americana e signatário do seu respectivo convênio de cooperação; e

- Contribuição ao Conselho Internacional de Museus – ICOM, para renovação anual do cadastramento dos museus do Ibram como membro do ICOM, uma ONG sem fins lucrativos que mantém relações formais com a UNESCO e desenvolve atividades voltadas para a conservação, a

preservação e a difusão do patrimônio mundial – cultural e natural, presente e futuro, material e imaterial – para a sociedade.

Houve ainda o empenho de emendas parlamentares individuais (para execução em 2021) nas ações **20ZF - Promoção e Fomento à Cultura Brasileira e 14U2 - Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais.**

- Emendas nº 1775.0001 e nº 1775.0011 (R\$ 590.000), da Deputada Federal Jandira Feghali. Projetos apoiados: ações de divulgação da arte popular brasileira para o Museu Casa do Pontal; e reorganização adequada do acervo não atingido pelo incêndio e armazenamento do acervo recuperado após o sinistro no Museu Nacional.

- Emendas nº 4160.0005, nº 4160.0009 e nº 4160.0015 (R\$ 655.000), do Deputado Federal Marcelo Freixo. Projetos apoiados: realização de rodas de diálogos com jovens da comunidade e periferia do Rio de Janeiro; ações de capacitação de Agente cultural e publicação da revista do projeto proposto pelo Museu do Samba; ações de conservação no acervo do Museu do Pontal; desenvolvimento das atividades museológicas do Museu da Maré, tais como manutenção da exposição de longa duração, funcionamento administrativo do museu, ampliação do acervo e atendimento a comunidade.

- Emenda nº 2616.0013 (R\$ 400.000), do Deputado Federal Glauber Braga. Projeto apoiado: realização de ações de capacitação, pesquisa e divulgação no Museu Vivo de São Bento, elaboração de livros, produção e edição de curtas-metragens.

- Emenda nº 3929.0005 (R\$ 210.000), do Deputado Federal Carlos Chiodini. Projetos apoiados: aquisição de traneis deslizantes e desumidificadores, visando a melhoria das condições de acondicionamento e salvaguarda do acervo de mais de 2000 obras da reserva técnica do MASC; instalação de um elevador de passageiros hidráulico nas dependências do Museu Irmão Luiz Godofredo Gartner, localizado no complexo da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus no município de Corupá – SC.

- Emenda nº 3793.0002 (R\$ 170.000), do Senador Lasier Martins. Projeto apoiado: Fundação Bienal de Artes Visuais do MERCOSUL para restauração de dez esculturas situadas no Parque da Marinha do Brasil em Porto Alegre.

- Emenda nº 1960.0011 (R\$ 100.000), do Deputado Federal Rubens Otoni. Projeto apoiado: promover melhorias de acesso a cadeirantes, pessoas com mobilidade reduzida e idosos à COEPI, incluindo aquisição de equipamentos para o Museu Oca da Terra, no estado de Goiás.

Unidade Orçamentária: Instituto Brasileiro De Museus ¹								
Programas E Ações De Despesas Discricionárias	Dotação Inicial		Dotação Atualizada		Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	
	Correntes	Capital	Correntes	Capital	Correntes	Capital	Correntes	Capital
Despesas Primárias Discricionárias	28.610.599	576.458	27.769.323	200.507	27.487.227	158.088	21.427.965	66.298
0032 - Programa De Gestão E Manutenção Do Poder Executivo	27.449.953	208.868	27.012.578	200.507	26.742.626	158.088	20.806.161	66.298
2000 - Administração Da Unidade	27.019.038	208.868	26.878.925	200.507	26.643.106	158.088	20.708.441	66.298
216h - Ajuda De Custo Para Moradia Ou Auxílio-Moradia A Agentes Públicos	53.469		53.469		51.365		51.365	
4572 - Capacitação De Servidores Públicos Federais Em Processo De Qualificação E Requalificação	377.446		80.184		48.155		46.355	
0910 – Op. Esp.: Gestão Da Part. Em Organismos E Entidades Nac. Internac.	264.213	-	262.846	-	262.846	-	262.846	-
00oq - Contribuições A Organismos Internacionais Sem Exigência De Programação Específica	264.213		262.846		262.846		262.846	
5025 – Cultura	896.433	367.590	493.899	-	481.756	-	358.958	-
219z - Conservação E Recuperação De Ativos De Infraestrutura Da União	896.433	367.590	493.899	-	481.756		358.958	
Desp. Discr. Decorrente De Emenda De Relator-Geral Do PLOA	56.070.349	226.127	48.065.715	-	47.588.773	-	41.130.072	-

5025 – Cultura	56.070.349	226.127	48.065.715	-	47.588.773	-	41.130.072	-
20zf - Promoção E Fomento A Cultura Brasileira	2.031.024	226.127	95.221	-	94.930		94.930	
211f - Funcionamento De Espaços E Equipamentos Culturais	54.039.325		47.970.494		47.493.843		41.035.141	
Despesa Discricionária Decorrente De Emenda Individual	3.215.000	310.000	1.925.498	299.502	1.875.498	249.502	-	-
5025 – Cultura	3.215.000	310.000	1.925.498	299.502	1.875.498	249.502	-	-
14u2 - Implantação, Instalação E Modernização De Espaços E Equipamentos Culturais	270.000	310.000	280.498	299.502	230.498	249.502		
20zf - Promoção E Fomento A Cultura Brasileira	2.945.000		1.645.000		1.645.000			
Total Geral	87.895.948	1.112.585	77.760.536	500.009	76.951.499	407.590	62.558.036	66.298

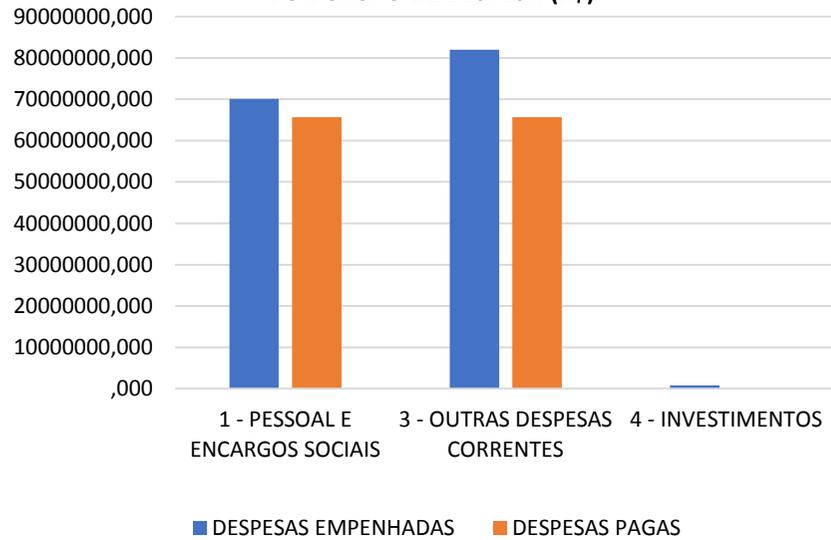
Observação:

1. O Quadro Abrange Dados De Três Unidades Orçamentárias:

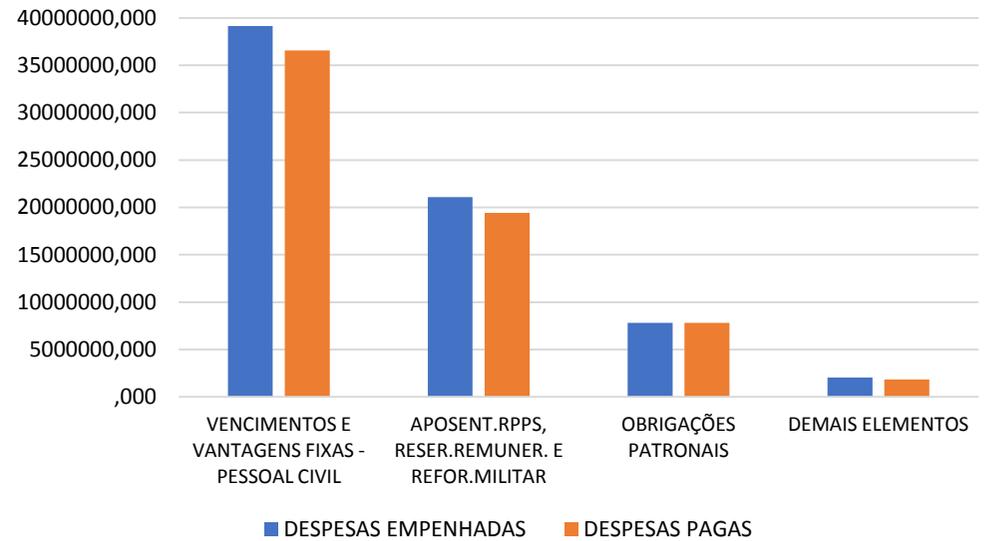
- 55209 - Instituto Brasileiro De Museus (Parte Da Dotação Inicial, Atualizada, Empenhada E Paga Até Maio De 2021);
- 93426 - Recursos Sob Supervisão Do Instituto Brasileiro De Museus (Parte Da Dotação Inicial Das Despesas Primárias Discricionárias Correntes); E
- 54208 - Instituto Brasileiro De Museus (Dotação Atualizada, Empenhada E Paga A Partir De Junho De 2021, Quando O Ibram Foi Transferido Do Ministério Da Cidadania Para O Ministério Do Turismo).

Fonte: Tesouro Gerencial

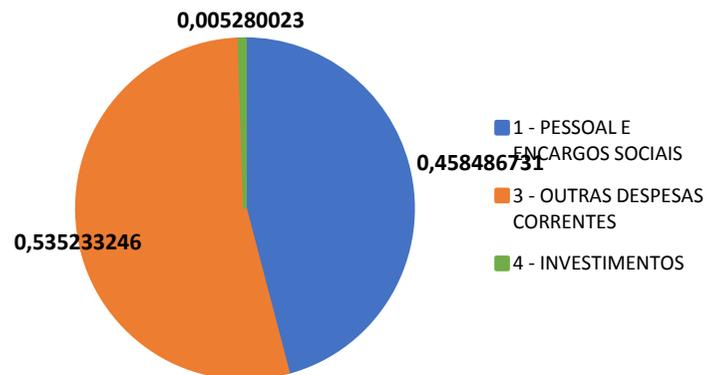
**DESPESAS EMPENHADAS E PAGAS EM 2020
POR GRUPO DE DESPESA (R\$)**



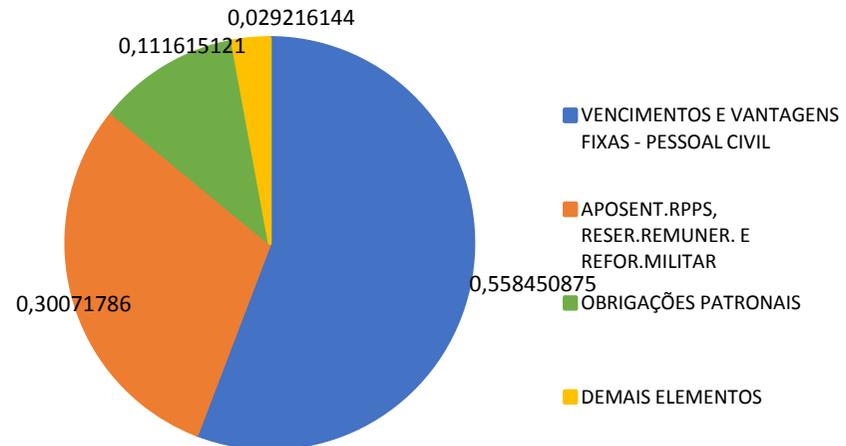
**DESPESAS EMPENHADAS E PAGAS EM 2020
POR ELEMENTO DE DESPESA (R\$)
Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais**



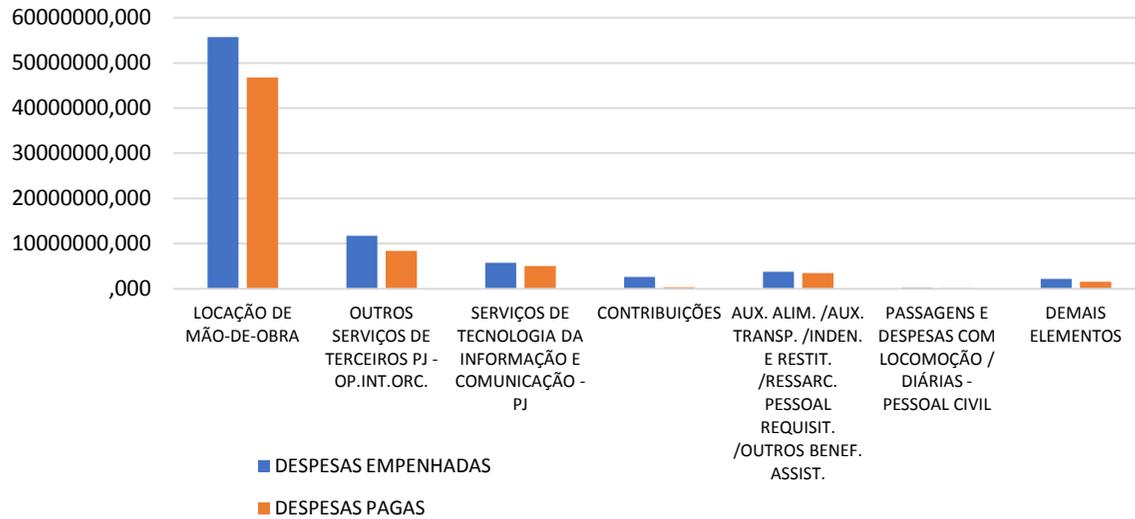
**DESPESAS EMPENHADAS EM 2020
POR GRUPO DE DESPESA (R\$)**



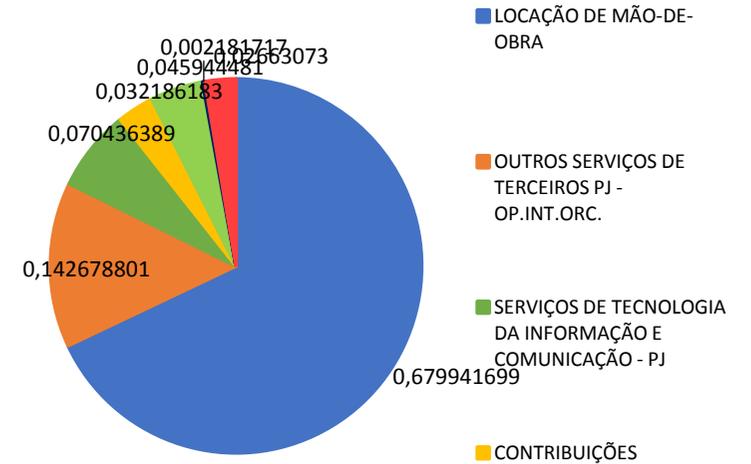
**DESPESAS EMPENHADAS EM 2020 POR ELEMENTO DE DESPESA (R\$)
Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais**



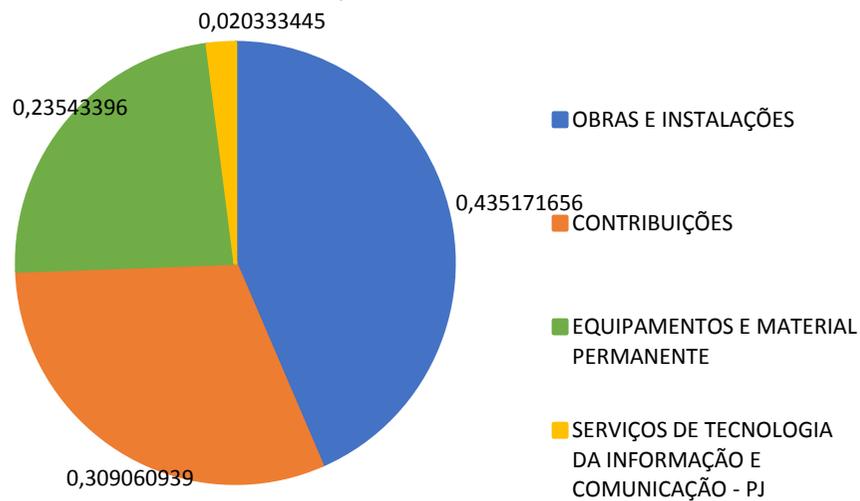
DESPESAS EMPENHADAS E PAGAS EM 2020
POR ELEMENTO DE DESPESA (R\$)
Grupo 3 - Outras Despesas Correntes



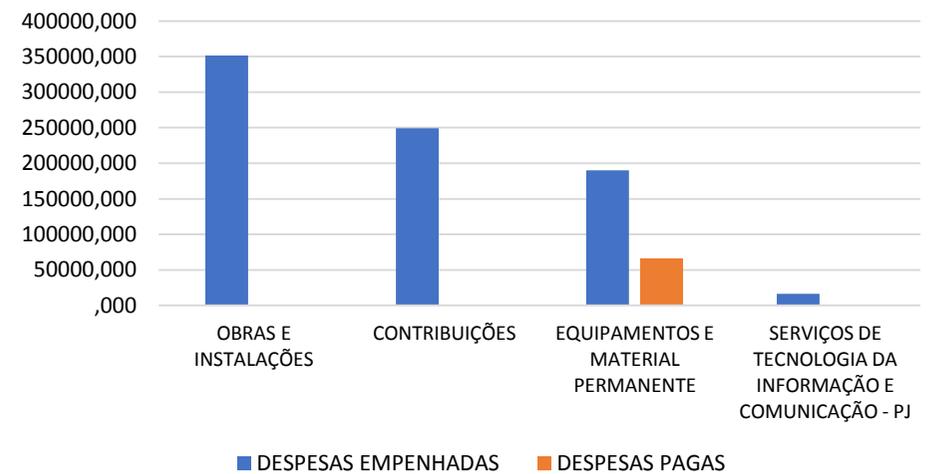
DESPESAS EMPENHADAS EM 2020 POR ELEMENTO DE DESPESA (R\$)
Grupo 3 - Outras Despesas Correntes



DESPESAS EMPENHADAS EM 2020 POR ELEMENTO DE DESPESA (R\$)
Grupo 4 - Investimentos



DESPESAS EMPENHADAS E PAGAS EM 2019
POR ELEMENTO DE DESPESA (R\$)
Grupo 4 - Investimentos



Para execução de outras despesas finalísticas de maior vulto, o Ibram captou recursos de outros órgãos por meio de Termos de Execução Descentralizada – TED e de outras unidades subordinadas à Secretaria Especial de Cultura por meio de destaque orçamentário.

Créditos recebidos por meio de Termos de Execução Descentralizada firmados com o Fundo De Defesa dos Direitos Difusos:

- TED 697825, para continuação da restauração e museografia do Sobrado Grande da Madalena do Museu da Abolição (R\$ 439.900);
- TED 697833, para continuação da restauração e ampliação do Museu Casa Histórica de Alcântara (R\$ 429.500);
- TED 697930, para continuação da modernização do Museu Histórico Nacional (R\$ 159.000).

Crédito recebido por meio de Termo de Execução Descentralizada firmado com o Instituto Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

- TED 697693, para continuação das obras de impermeabilização no Pátio Santiago do Museu Histórico Nacional (R\$ 51.310).
- TED 684420, para continuação de restauração arquitetônica do Museu Casa da Hera (R\$ 300.000).

Créditos recebidos por meio de destaques orçamentários do MINISTÉRIO DO TURISMO:

- Emenda nº 2776.0019, de Alessandro Molon, destinada ao Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (R\$ 100.000);
- Emenda nº 2925.0011, de Carmen Zanotto, destinada à Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus (R\$ 100.000).

Créditos recebidos por meio de destaques orçamentários do Fundo Nacional de Cultura:

- Emenda nº 4039.0008, de Marcelo Calero, destinada ao Museu Casa do Pontal (R\$ 200.000);
- Projeto 01 (R\$ 48.391,04) e Projeto 02 (R\$ 122.526,63) aprovados pela Comissão do Fundo Nacional de Cultura, para aquisição de materiais para museus IBRAM no estado de Minas Gerais.

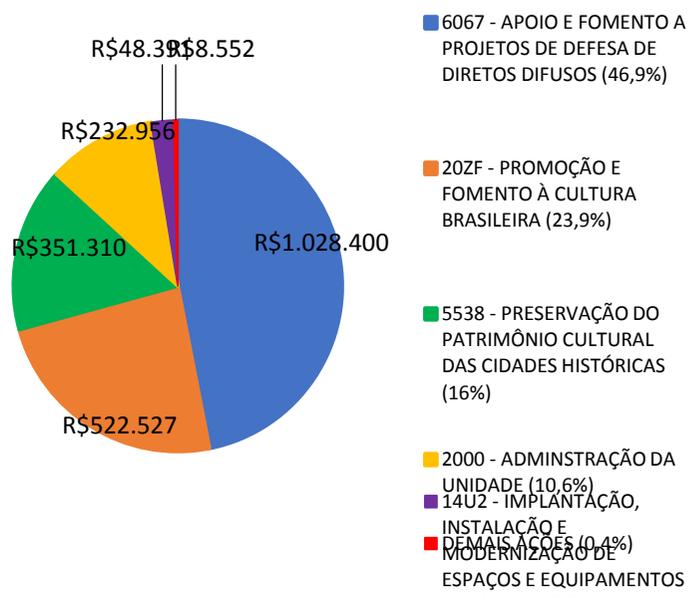
Além de despesas finalísticas, também foram recebidos do Ministério do Turismo créditos de R\$ 236.956 para cobrir despesas administrativas e de folha de pagamento emergenciais que o Ibram não poderia arcar devido à indisponibilidade de orçamento próprio.

O Ibram recebeu ainda créditos referentes a serviços prestados por servidores do Instituto na área de capacitação para a Fundação Joaquim Nabuco (R\$ 2.404) e para a Fundação Casa De Rui Barbosa (R\$ 2.148).

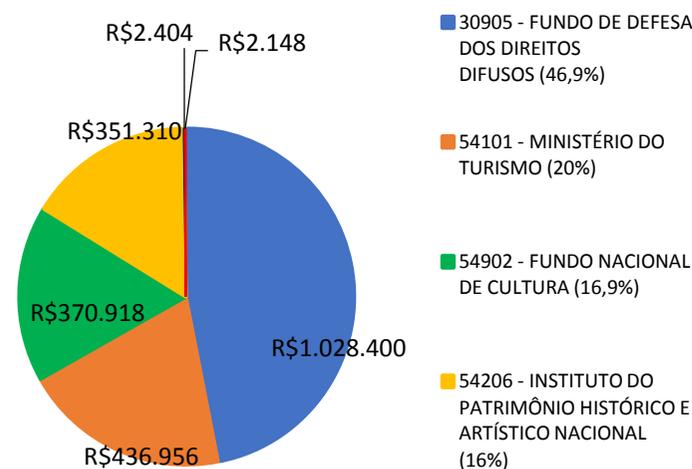
Destaques Recebidos De Outras Unidades Orçamentárias				
Unidades Concedentes E Ações	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	
	CORRENTE	CAPITAL	CORRENTE	CAPITAL
Despesas Primárias Discricionárias	241.508	-	141.508	-
26292 - Fundação Joaquim Nabuco	2.404	-	2.404	-
20gk - Fomento Às Ações De Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa E Extensão	2.404		2.404	
54202 - Fundação Casa De Rui Barbosa	2.148	-	2.148	-
20zm - Produção E Difusão De Conhecimento Na Área Cultural	2.148		2.148	
54101 - Ministério Do Turismo	236.956	-	136.956	-
2000 - Administração Da Unidade	232.956		132.956	
216h - Ajuda De Custo Para Moradia Ou Auxílio-Moradia A Agentes Públicos	4.000		4.000	
Despesa Discricionária Decorrente De Emenda Individual	400.000	-	-	-
54101 - Ministério Do Turismo	200.000	-	-	-
20zf - Promoção E Fomento À Cultura Brasileira	200.000			
54902 - Fundo Nacional De Cultura	200.000	-	-	-
20zf - Promoção E Fomento À Cultura Brasileira	200.000			
Despesa Discricionária Decorrente De Emenda De Comissão Permanente	122.527	48.391	-	-
54902 - Fundo Nacional De Cultura	122.527	48.391	-	-
14u2 - Implantação, Instalação E Modernização De Espaços E Equipamentos Culturais		48.391		
20zf - Promoção E Fomento À Cultura Brasileira	122.527			
Despesa Discricionária Decorrente De Emenda De Relator-Geral Do Ploa	1.028.400	351.310	77.097	-
30905 - Fundo De Defesa Dos Direitos Difusos	1.028.400	-	77.097	-
6067 - Apoio E Fomento A Projetos De Defesa De Diretos Difusos	1.028.400		77.097	
54206 - Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional	-	351.310	-	-
5538 - Preservação Do Patrimônio Cultural Das Cidades Históricas		351.310		
Total Geral	1.792.434	399.701	218.604	-

Fonte: Tesouro Gerencial

**PRINCIPAIS DESPESAS EMPENHADAS COM DESTAQUES
RECEBIDOS DE OUTRAS UNIDADES
- Por Ação Orçamentária -**



**DESPESAS EMPENHADAS COM DESTAQUES RECEBIDOS
DE OUTRAS UNIDADES
- Por Unidade Orçamentária Concedente -**



Demonstrações contábeis

1 - Contexto Operacional

O Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, é uma autarquia vinculada à Secretaria Especial da Cultura – SECULT, do Ministério do Turismo, possui personalidade Jurídica de Direito Público, foi criado por meio da Lei 11.906, de 2009, com sede em Brasília/DF, possui 02 (dois) escritórios regionais de representação: 01 (um) em Minas Gerais e outro no Rio de Janeiro, além de 30 (trinta) museus vinculados distribuídos em diversos estados brasileiros. O Ibram sucedeu ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.

A Autarquia é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor, tais como, aumento de visitação

e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros.

Quanto às normas legais, o Ibram observa a Lei 8.112/90 na contratação dos seus servidores, a Lei 8.666/93 para contratação dos seus fornecedores e a Lei 4.320/64 para suas finanças públicas bem como a Lei Complementar 101/2000 - LRF.

O Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

A verificação da conformidade contábil das unidades gestoras executoras do Ibram é realizada conforme procedimentos descritos nos Normativos da Secretaria do Tesouro Nacional, em específico no Manual Siafi (Auditores Contábeis) e tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade de registro de Gestão e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise.

Para a efetivação do registro da conformidade contábil, o órgão se dispõe da contadora titular Cláudia Elisa Magalhães Lopes, atuante nesta função desde 9/12/2015, devidamente registrada no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, habilitada no Siafi e atualizada na tabela de UG, não possuindo a função de emitir documentos no Siafi, e também não é responsável pelo registro da conformidade de registro de gestão, obedecendo, dessa forma, ao princípio da Segregação de Funções disposto na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 481/2014 e Manual Siafi – 020315.

Resumo das Principais Práticas Contábeis – Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 8ª edição) e o Manual Siafi.

As DCON foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e tiveram como escopo as informações consolidadas a nível de órgão, ou seja, engloba as contas desta Autarquia com suas unidades vinculadas.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);

- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas na conta única.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual Siafi.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

Depósitos Restituíveis - São os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.

Créditos a curto prazo - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das

atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Estoques – Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado

Ativo realizável a longo prazo - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Ajuste para Perdas da Dívida Ativa – a metodologia adotada para mensuração do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa, foi pelo histórico de recebimentos, teve algum tipo de classificação dos créditos pelas suas características de recuperabilidade;

Investimentos – São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado. Os demais investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (impairment), fruto de avaliações periódicas.

Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para

reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;

Passivos circulantes e não circulantes – As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Empréstimos e financiamentos - Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

Provisões – As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015.

Benefícios a empregados - Benefícios a empregados. Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.

Ativos e Passivos Contingentes – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados: Resultado Patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas; se o resultado for positivo

teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário será Déficit Patrimonial.

No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário, o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada; se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.

No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior; se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feita no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

No contexto da União, ficaram definidos os prazos apresentados no quadro anexo à Portaria STN nº 548/2015 <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/publicado-o-plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais> que cita a situação que se encontra cada procedimento: implantado, em andamento, não iniciado.

Principais mudanças nas práticas e procedimentos contábeis:

a-) Desreconhecimento dos créditos relativos a Diversos Responsáveis – em setembro de 2017, a CCONT procedeu o desreconhecimento destes créditos decorrentes de falta/irregularidades na comprovação das Tomadas de Contas Especiais. Os valores pendentes de julgamento devem ser registrados apenas em contas de controle e o ativo deve ser reconhecido somente quando tiver a decisão definitiva do TCU com a devida imputação de débito.

b-) Desreconhecimento dos créditos relativos a Adiantamento de Transferências Voluntárias – em setembro de 2017, a CCONT, em atendimento ao acórdão TCU 1320/2017, efetuou os lançamentos contábeis de desreconhecimento destes créditos tendo em vistas por não preencher os requisitos do conceito de ativo de acordo com a NBC TSP, Estrutura Conceitual e o MCASP. Entretanto, nas contas de controle, estão preservados os registros com vistas ao devido acompanhamento da prestação de contas pelos convenientes aos seus órgãos concedentes.

Acesso à Informação - Publicação das DCON:

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas estão publicadas no site do Ibram e podem ser acessadas na sua íntegra por meio do endereço eletrônico

<https://www.museus.gov.br/demonstracoes-contabeis/>.

Demonstrações Contábeis

Balço Patrimonial		
	R\$	
ATIVO	2020	2019
Ativo Circulante	11.880.388,40	17.207.964,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.264.465,33	13.209.961,63
Demais Créditos e Valores a Curto Prazos		3.790.225,98
Estoques	243.640,06	207.776,75
Ativo Não Circulante	451.506.642,59	442.573.525,95
Realizável a Longo Prazo	27.102,01	27.102,01
Créditos a Longo Prazo	27.102,01	27.102,01
Imobilizado	451.414.394,32	442.495.277,68
Bens Móveis	49.386.441,08	48.100.133,57
Bens Imóveis	402.027.953,24	394.395.144,11
Intangível	65.146,26	51.146,26
TOTAL DO ATIVO	463.387.030,99	459.781.490,31
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	2019
Passivo Circulante	17.253.341,03	25.874.010,91
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Curto Prazo	6.077.904,66	5.343.001,33
Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	281.322,34	297.746,48
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações Curto Prazo	10.894.114,03	20.233.263,10

TOTAL DO PASSIVO	17.253.341,03	25.874.010,91
Patrimônio Líquido	446.133.689,96	433.907.479,40
Resultados Acumulados	446.133.689,96	433.907.479,40
TOTAL DO PASSIVO + PL	463.387.030,99	459.781.490,31

Fonte: Siafi

Demonstração das Variações Patrimoniais		
	2020	2019
Variações Patrimoniais Aumentativas	326.965.606,01	340.315.725,73
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	857.702,09	4.196.375,43
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	8,44	235,46
Transferências e Delegações Recebidas	308.848.922,90	320.302.944,94
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	17.220.083,74	15.587.367,19
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	38.888,84	228.802,71
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas		
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	326.965.606,01	340.315.725,73
Variações Patrimoniais Diminutivas	315.876.756,42	358.684.417,78
Pessoal e Encargos	52.201.315,64	57.240.505,57
Remuneração a Pessoal	40.863.059,86	43.562.264,77
Encargos Patronais	7.832.368,37	8.109.382,21
Benefícios a Pessoal	2.866.819,93	4.352.929,23
Outras Variações Patrimoniais de Pessoal e Encargos	639.067,48	1.215.929,36
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	22.846.559,51	19.120.596,88
Aposentadoria e Reformas	21.169.153,61	18.247.804,43
Pensões	954.189,50	864.222,20
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	723.216,40	8.570,25
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	75.337.346,44	86.836.300,17
Uso de Materiais de Consumo	191.129,57	510.046,30
Serviços	74.506.230,57	81.087.679,42
Depreciação, Amortização e Exaustão	639.986,30	5.238.574,45
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	11,84	623,03
Transferências e Delegações Concedidas	161.466.037,90	162.582.866,54
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.741.302,25	32.628.368,17

Outras Desvalorizações de Ativos e Incorp. Passivos					
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas				227.298,48	182.097,74
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (II)				315.876.756,42	358.684.417,78
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)				11.088.849,59	-18.368.692,05

Fonte: Siafi

Balanço Orçamentário						
R\$						
RECEITAS						
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão		Receitas	Saldo	
		Atualizada		Realizadas		
Receitas Correntes	4.401.872,00		4.401.872,00	866.889,73	-	
Receita Patrimonial	236.958,00		236.958,00	70.561,45	-166.395,55	
Receita de Serviços	4.147.651,00		4.147.651,00	787.149,08	-	
Outras Receitas Correntes	17.263,00		17.263,00	9.179,20	-8.083,80	
Total (I)	24.112.044,00		24.112.044,00	866.889,73	-	
Resultado Orçamentário III = (I - II)	24.112.044,00		24.112.044,00	866.889,73	-	
Total (I)	24.112.044,00		24.112.044,00	152.895.296,16	128.783.252,16	
DESPESAS						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes	163.302.802,00	157.286.828,00	152.088.005,53	136.166.510,72	131.341.001,89	5.198.822,47

Pessoal e Encargos Sociais	70.407.213,00	74.526.651,00	70.100.464,55	70.100.464,55	65.680.815,72	4.426.186,45
Outras Correntes	92.895.589,00	82.760.177,00	81.987.540,98	66.066.046,17	65.660.186,17	772.636,02
Despesas de Capital	1.112.585,00	500.009,00	807.290,63	66.297,80	66.297,80	-307.281,63
Investimentos	1.112.585,00	500.009,00	807.290,63	66.297,80	66.297,80	-307.281,63
Reserva de Contingência			-	-	-	-
Total Despesas Orçamentárias (II)	164.415,387,00	157.786.837,00	152.895,296,16	136.232,808,52	131.407.299,69	4.891.540,84
Resultado Orçamentário III = (I - II)	DÉFICIT					152.028.406,46

Fonte: Siafi

Quadro da Execução dos Restos a Pagar						
R\$						
	Inscritos	Liquidados	Cancelados	Pagos	Saldo a Pagar	% Pcto
Restos a Pagar Não Processados	41.612.467,41	19.201.549,75	3.210.388,78	19.198.791,36	27.592.655,41	
Restos a Pagar Processados	5.100.749,37		69.908,31	5.050.732,25	140.015,17	
TOTAL						

Fonte: Siafi

Balço Financeiro		
R\$		
	2020	2019
Ingressos		
Receitas Orçamentárias	866.889,73	4.217.982,79
Vinculadas	866.889,73	4.217.982,79
Transferências Financeiras Recebidas	307.060.842,28	320.082.345,90
Recebimentos Extraorçamentários	21.733.771,74	47.082.823,86
Inscrição em Restos a Pagar Processados	4.825.508,83	5.091.291,35
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	16.662.487,64	41.612.467,41

Outros Recebimentos extraorçamentários	137.578,89	207.640,81
Sado Exercício Anterior	13.209.961,63	9.478.825,67
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.209.961,63	9.478.825,67
Total dos Ingressos	342.871.465,38	380.861.978,22
Dispêndios		
Despesas Orçamentária	152.895.296,16	185.247.966,62
Ordinária	100.658.360,33	140.824.079,43
Vinculadas	52.236.935,83	44.423.887,19
Transferências Financeiras Concedidas	157.398.967,35	160.671.039,32
Pagamentos Extraorçamentários	24.312.736,54	21.733.010,65
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	5.050.732,25	5.262.321,89
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	19.198.791,36	16.277.014,29
Outros Pagamentos	63.002,93	193.674,47
Sado Exercício Seguinte	8.264.465,33	13.209.961,63
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.264.465,33	13.209.961,63
Total dos Dispêndios	342.871.465,38	380.861.978,22

Fonte: Siafi

Notas Explicativas dos Itens das Demonstrações Contábeis

NOTA 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Tabela 01: Caixa e Equivalente de Caixa – Composição:

				R\$
	dez/20	dez/19	AV%	AH%
Demais contas – Caixa Econômica Federal	49.680,13	4.486,68	0,60	1007,28
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS	3.429.659,47	8.265.590,91	41,50	-58,51
Limite de Saque c/ Vinc. de Pagamento - ORDEM PAGTO – OFSS – (autorização)	4.785.125,73	4.939.884,04	57,90	-3,13
	8.264.465,33	13.209.961,63	100,00	
Fonte: Siafi				

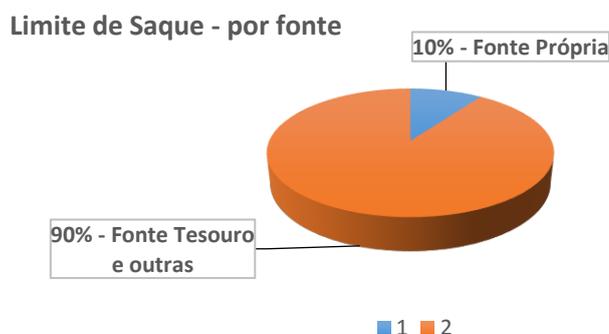
A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” do Ibram é composta por recursos aplicados na conta “Demais Contas – CEF” relativos a depósito em caução e recursos disponíveis, para fazer frente às obrigações assumidas na execução da despesa que, em dezembro/2020, correspondeu a menos de 1% dos recursos do órgão. Ressaltamos que esses valores são depositados necessariamente na Caixa Econômica Federal. O aumento significativo desta conta de um ano para o outro se justifica pelo fato

de que as unidades gestoras, que ainda não estavam seguindo a rotina de atualização dos valores que já estavam depositados na CEF, procederam com o efetivo registro antes do encerramento do exercício de 2020.

A conta “Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento” compreende recursos do Tesouro (fonte 0100), recursos próprios (fonte 0250422070), os quais advém de arrecadações das unidades museológicas, além de outros. Esses recursos atendem a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; ao final de cada exercício, parte dos recursos não utilizados são devolvidos ao Tesouro Nacional. Em 2020, os recursos apresentaram uma variação negativa de quase 60% com relação ao exercício anterior tendo em vista a baixa arrecadação própria em virtude do fechamento dos museus, em cumprimento às medidas de segurança no enfrentamento à COVID 19.

O saldo relacionado à terceira conta da Tabela 01, “Limite de Saque c/ vinculação de pagamento – OFSS (autorização) ” se refere à pendência na autorização de pagamento por parte dos gestores, já que a efetivação do pagamento da folha de pessoal ocorrer sempre no primeiro dia útil do mês subsequente.

- **Gráfico 01 – Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento - OFSS - Por fonte**



Fonte: Siafi

NOTA 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

- Tabela 02: Demais Créditos CP:

				R\$
	dez/20	dez/19	AV%	AH%
13º Salário - Adiantamento	1.235.349,25	1.622.647,96	88,02	(23,87)
Salários e Ordenados – Pagamento Antecipado	168.076,16	127.416,32	11,98	31,91
Total	1.403.425,41	1.750.064,28	100,00	
Fonte: Siafi				

A conta “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” compreende os valores em transações realizáveis em curto prazo, com destaque para a conta de adiantamento de 13º Salários detém mais de 88% do valor total da conta. Importa ressaltar que a legislação em vigor concede ao servidor, a cada mês trabalhado, direito a receber o duodécimo da remuneração, a título de 13º salário cujo saldo adiantado é descontado proporcionalmente ao longo dos meses efetivamente trabalhados.

NOTA 03 – Estoque

- Tabela 03 – Estoques – Ativo Circulante

				R\$
Mês Lançamento	dez/20	dez/19	AV%	AH%
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	165,60	216,90	0,07	(23,65)
Gêneros de Alimentação	19.065,81	12.560,86	7,83	51,79
Material de Caça e Pesca	77,97	77,97	0,03	0,00
Material de Expediente	71.580,25	74.078,96	29,38	(3,37)
Material de TIC - Processamento de Dados	32.307,73	8.013,13	13,26	303,18
Material de Acondicionamento e Embalagem	5.646,69	6.423,04	2,32	(12,09)
Material de Copa e Cozinha	7.206,26	8.904,39	2,96	(19,07)
Material de Limpeza e Prod. De Higienização	2.597,77	2.857,61	1,07	(9,09)
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	847,80	132,80	0,35	538,40
Material P/ Manut. De Bens Imóveis/Instalações	36.249,30	30.926,29	14,88	17,21
Material P/ Manutenção de Bens Móveis	9.566,61	10.972,47	3,93	(12,81)
Material Elétrico e Eletrônico	44.251,34	37.739,45	18,16	17,25
Material de Proteção e Segurança	6.976,57	7.015,77	2,86	(0,56)
Material para Comunicações	220,78	220,78	0,09	0,00
Material Laboratorial	306,00	316,80	0,13	(3,41)
Material Hospitalar	2.628,07	3.461,54	1,08	(24,08)

Material P/ Manutenção de Veículos	902,00	938,50	0,37	(3,89)
Ferramentas	2.199,77	2.317,20	0,90	(5,07)
Material de Sinalização Visual Profissional	843,74	602,29	0,35	40,09
Total	243.640,06	207.776,75	100,00	17,26
Fonte: Siafi				

A conta “Estoques” é composta por materiais que objetiva suprir as unidades na sua prestação de serviço. Conforme demonstrado na Tabela 03, verifica-se que os itens mais significativos são “Materiais de Expediente” e “Material Elétrico e Eletrônico” com 29% e 18% respectivamente. Na análise horizontal, comparando os períodos, verifica-se que ocorreu um acréscimo no total de 17,26% com destaque para os “Material de TIC – Processamento de Dados” e “Uniformes, Tecidos e Aviamentos, que têm maior representatividade nas aquisições.

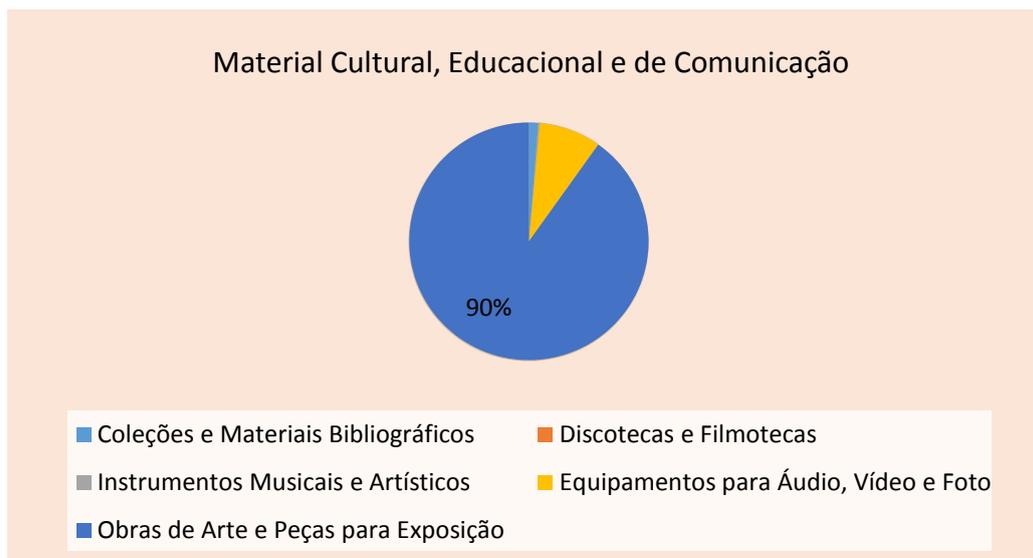
Nota 04 – Bens Móveis

- **Tabela 04: Bens Móveis - Composição:**

				R\$
Mês Lançamento	dez/20	dez/19	AV%	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	4.965.691,87	4.266.091,69	10,04	16,40
Bens de Informática	7.919.667,88	7.823.393,73	16,01	1,23
Móveis e Utensílios	8.855.064,19	8.581.412,49	17,90	3,19
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	25.427.700,91	25.210.919,14	51,39	0,86
Veículos	642.583,86	642.583,86	1,30	0,00
Armamentos	0,06	0,06	0,00	0,00
Demais Bens Móveis	1.664.444,95	1.664.445,24	3,36	0,00
Valor Contábil Total	49.475.153,72	48.188.846,21	100,00	
Depreciação / Amortização Acumulada	(88.712,64)	(88.712,64)	0,00	0,00
Total	49.386.441,08	48.100.133,57		
Fonte: Siafi				

Dos bens móveis do Ibram, destaca-se o “Material Cultural, Educacional e de Comunicação” que representa quase 52% do total. Deste item, o mais expressivo é o acervo dos museus, composto por coleções, materiais culturais, obras para exposição, que corresponde a 90%, conforme evidenciado no Gráfico 02:

- **Gráfico 02 – Material Cultural, Educacional e de Comunicação**



Contudo, essa conta contábil “Material Cultural, Educacional e de Comunicação” se encontra subavaliada, pois não corresponde à realidade do acervo das unidades museológicas. Isso foi identificado no Relatório de Inventário Anual, por isso, o saldo não fornece informações precisas nem confiáveis. Isso ocorre diante da dificuldade em que as unidades museológicas têm encontrado para atribuir valor aos bens do acervo e às obras de arte tendo em vista a especificidade desse bem; por sua natureza, subjetividade e raridade. Todavia, com a publicação da Portaria STN 548, 24/9/2015, o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural se tornou obrigatória e as unidades museológicas já estão envidando esforços para cumprir a norma a fim de que os registros dessa conta se tornem confiáveis e expressem a realidade dos acervos e das peças que se encontram em nossos museus.

Ademais, observa-se também que não houve variação na conta “Depreciação/Amortização Acumulada” pela falta de utilização de sistema informatizado gerenciador de bens móveis.

NOTA 05 – Bens Imóveis

No Ibram, os “Bens de Uso Especial” representam aproximadamente 99% do total da conta, e compreendem os imóveis residenciais/comerciais, edifícios, terrenos/glebas, museus/palácios e salas. Percebe-se que houve um aumento de 123% na conta “Bens Imóveis em Andamento”, fruto da execução de restauração de obras arquitetônicas e projetos luminotécnicos em algumas de nossas unidades museológicas.

Dos bens imóveis que somam R\$ 402.027.953,24, apenas 2,80% foram depreciados, o que demonstra um baixo grau de depreciação, pois depende de implementações no Sistema de Gestão dos Imóveis

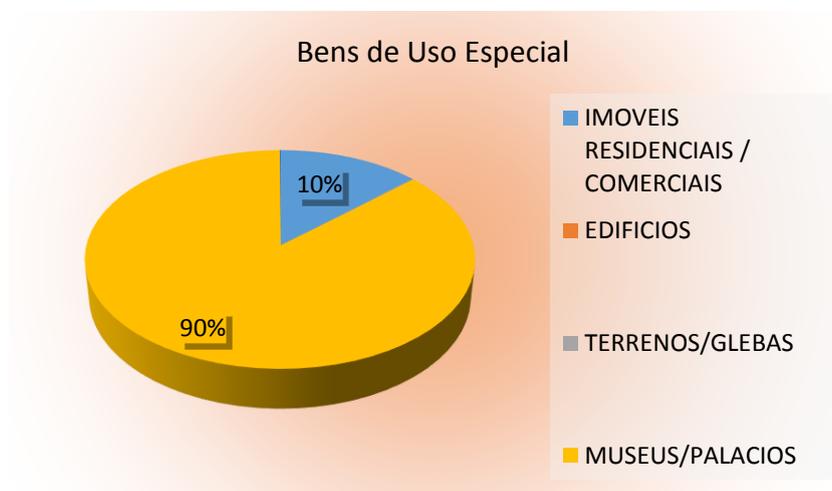
de Uso Especial da União (SPIUnet) da Secretaria de Patrimônio da União.

Tabela 05 – Bens Imóveis - Composição

				R\$
Mês Lançamento	dez/20	dez/19	AV%	AH%
Bens de Uso Especial	408.146.578,73	403.964.989,12	98,68	1,04
Bens Imóveis em Andamento	5.342.306,19	2.391.582,91	1,29	123,38
Instalações	121.000,00	121.000,00	0,03	0,00
Valor Contábil Total	413.609.884,92	406.477.572,03	100,00	
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(11.581.931,68)	(12.082.427,92)	2,80	
Total	402.027.953,24	394.395.144,11		
Fonte: Siafi				

Dos bens de Uso Especial, destaca-se os “Museus e Palácios” que representam 90% seguido de “Imóveis Residenciais/Comerciais” com 10%, conforme Gráfico 03:

Gráfico 03 – Bens de Uso Especial



NOTA 06 – Variações Patrimoniais Aumentativas

Tabela 06 – Todas as Variações Patrimoniais Aumentativas

				R\$
Mês Lançamento	DEZ/2020	DEZ/2019	AV%	AH%

Venda de Livros, Periódicos e Assemelhados	3.669,65	11.352,90	0,00	(67,68)
Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços	854.032,44	4.185.022,53	0,26	(79,59)
Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro	306.919.867,14	319.946.768,26	93,96	(4,07)
Doações e Ganhos Diversos	14.667.549,89	584.049,97	4,49	2.411,35
Reavaliação de Bens Imóveis	4.181.589,61	400.022,58	1,28	945,34
Restituições	29.539,77	207.032,36	0,01	(85,73)
Demais VPAs	9.357,51	22.005,81	0,00	(57,48)
Total	326.665.606,01	325.356.254,41	100,00	0,40
Fonte: Siafi				

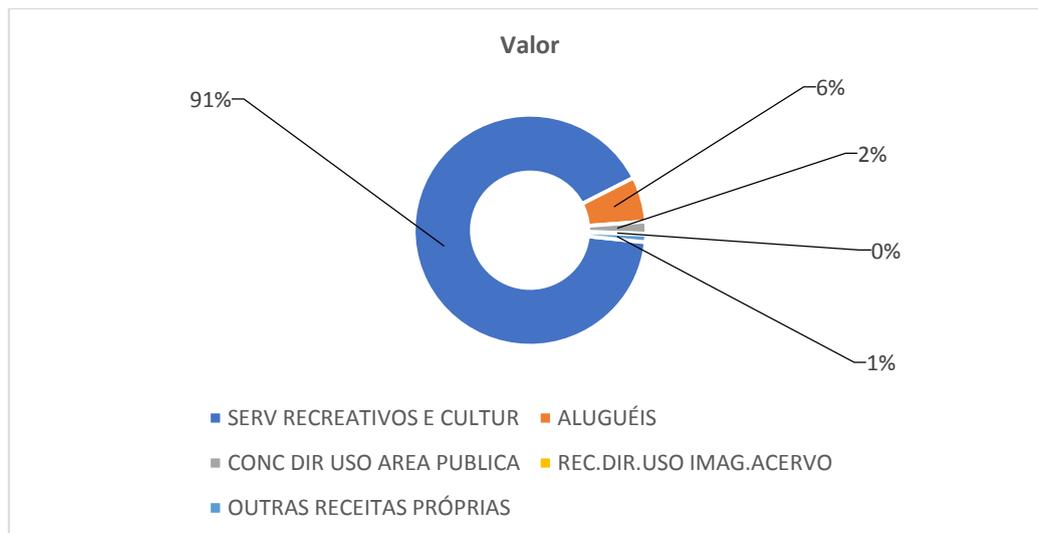
Das Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) do Ibram, destacam-se as “Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro” que representaram, em 2020, cerca de 94%; mas, se comparado com 2019, obteve um decréscimo de 4,07%. Essas transferências têm o objetivo de fazer frente às despesas custeadas pelo Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do exercício e também para o pagamento de “Despesas Inscritas em Restos a Pagar”. No geral, houve pouca diferença no crescimento das VPD’s em relação a 2019.

As atividades finalísticas dos museus estão registradas na conta “Valor Bruto Exploração Bens, Direitos e Serviços” e a que possui maior representatividade está relacionada à cobrança de ingressos para visitação nos museus, cujo percentual ultrapassa 90% do total, conforme demonstrado no Gráfico 04. Ocorre que a arrecadação caiu em mais de 67% em virtude do fechamento dos museus. Houve impacto negativo também em “Venda de Livros, Periódicos e Assemelhados” e “Demais VPAs, que compreendem receita de recebimento de alugueis, serviço de cópias reprográficas, multas administrativas, em decorrência do fechamento das nossas unidades museológicas no enfrentamento ao Coronavírus.

Por outro lado, “Doações e Ganhos Diversos” cresceram consideravelmente, e se refere basicamente ao recebimento, por meio de doação, de aparelhos, equipamentos de comunicação, máquina, computadores e mobiliário em geral.

Outro destaque é para a “Reavaliação de Imóveis”, cujo percentual ultrapassa 900% e consiste na incorporação do custo das benfeitorias aos imóveis, em virtude de obras e reformas realizadas nos museus.

• **Gráfico 04 – Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços – composição**



Fonte: SISGRU

Declaração do Contador

A Divisão de Contabilidade compõe a estrutura organizacional da Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade, no Departamento de Planejamento de Gestão Interna e, conforme disposto no parágrafo único do artigo 9º do Decreto 6.976/2009, é considerada Órgão Seccional de Contabilidade e exerce, por delegação, a competência de Órgão Setorial de Contabilidade do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis no âmbito desta Autarquia, nas unidades gestoras vinculadas abaixo relacionadas:

- Seccional de Orçamento e Finanças,
- Ibram Sede,
- Escritório de Representação do Ibram no Rio de Janeiro,
- Escritório de Representação do Ibram em Minas Gerais/Espírito Santo,
- Coordenação de Gestão de Pessoas,
- Museu Imperial,
- Museu Histórico Nacional,
- Museu Nacional de Belas Artes,
- Museu da República,
- Museu da Inconfidência,
- Museu Lasar Segall,

- Museu Villa-Lobos e
- Museus Castro Maya.

A análise e registro da conformidade contábil das Demonstrações Contábeis de todas as unidades gestoras executoras pertencentes à gestão do Ibram é realizada por esta Divisão de Contabilidade. Ressalta-se que os procedimentos de análise são criteriosos e realizados mensalmente para cada unidade gestora executora, em que são verificadas as inconsistências ou desequilíbrios apresentados nas Demonstrações Contábeis, além da existência de inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis constantes no Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira (Sistema do Governo Federal). Na análise, são observadas as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, os instrumentos de análise disponíveis no Manual Siafi e outros dispositivos legais à disposição do conformista. Esta Autarquia busca aderência aos critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e preconiza pela obediência às metodologias definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público e no Manual Siafi.

As Demonstrações Contábeis do Instituto Brasileiro de Museus são as seguintes:

- Balanço Patrimonial
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstrações das Variações Patrimoniais

Essas Demonstrações Contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil: a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e o Manual Siafi.

Ressalvas:

- Há que se considerar que o Ibram ainda não está aplicando o dispositivo da depreciação e amortização nos itens do ativo imobilizado. Isso se deve em parte à falta de termos de cessão /doação de alguns bens móveis que deveriam ser incorporados ao patrimônio do órgão em virtude da Lei 11.906/2009. Para os bens que a Entidade detém apenas a posse, não está sendo aplicado o instituto de depreciação, reavaliação ou redução a valor de mercado. Ressalta-se ainda que para a aplicação do procedimento de depreciação, primeiramente, é necessário fazer com que o valor do bem registrado no patrimônio espelhe o Valor Justo (fair value) ou valor

de mercado, por meio dos procedimentos de reavaliação e redução a valor de mercado (Testes de Recuperabilidade). Esses procedimentos, por sua vez, ainda não estão sendo realizados pelas Unidades Gestoras Executoras em razão da quantidade limitada de servidores para composição de comissão responsável pela realização dos trabalhos iniciais de ajuste ao Valor Justo, bem como pela grande rotatividade de servidores. Cabe ressaltar que esta Autarquia adquiriu o sistema Siads - Sistema Integrado de Administração de Serviços que será implantado brevemente nas unidades gestoras executoras, o que permitirá o saneamento dessa deficiência relativa aos bens do ativo imobilizado para os próximos exercícios.

- Quanto à estimativa da vida útil econômica do ativo, ao cálculo da depreciação, bem como às taxas que serão utilizadas, a Entidade adotará a metodologia definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público e no manual Siafi visando à uniformidade e a comparabilidade das informações.
- Em se tratando da avaliação e mensuração das Disponibilidades e dos Estoques, tem-se que as Disponibilidades são mensuradas pelo valor original; e os Estoques pelo custo de aquisição, atendendo, dessa forma, a NBCT 16.10, cujas saídas são contabilizadas pelo método do Custo Médio Ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.
- No que se refere à mensuração dos ativos imobilizados e intangíveis, ressalta-se que a Unidade possui ativos transferidos de outra Entidade (Instituto do Patrimônio Histórico, Iphan) cujo valor contábil permanece o constante nos registros da entidade de origem. Sendo que para os bens adquiridos antes de 2010, como já mencionado, não estão sendo realizados os procedimentos de reavaliação ou redução a valor de mercado; já os ativos adquiridos a partir de 2010, esses estão reconhecidos com base no valor de aquisição.

Declaração

Portanto, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2020, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Brasileiro de Museus, exceto no tocante às ressalvas anteriormente apontadas.

Brasília/DF, 22 de fevereiro de 2021.

Cláudia Elisa Magalhães Lopes

CRC/DF nº 017.389/O-8

Contadora do Instituto Brasileiro de Museus

7. Anexos e apêndices -

Anexo 1. Item 2.5 Tabela de Modelo de negócios – Ibram – <https://www.museus.gov.br/sobre-o-orgao/gestao-estrategica/> - aba 1

Anexo 2. Item 2.7 Tabela de Políticas e Programas de Governo <https://www.museus.gov.br/sobre-o-orgao/gestao-estrategica/> - aba 2

Lista de Siglas e Abreviações

CCPM: Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico

CGP: Coordenação de Gestão de Pessoas

CGSBM: Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus

CGU: Controladoria Geral da União

CNIC: Comissão Nacional de Incentivo à Cultura

CNM: Cadastro Nacional de Museus

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

COG: Comitê de Gestão

CPGF: Cartão de Pagamentos do Governo Federal

CTINF: Coordenação de Tecnologia da Informação

DAS: Grupo Direção e Assessoramento Superior

DIR: Diretoria

EGTI: Estratégia Geral de TI

ESIC: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

FCPE: Funções Comissionadas do Poder Executivo

FDD/MJ: Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça

FNM: Fórum Nacional de Museus

FVA: Formulário de Visitação Anual

FVM: Formulário de Visitação Mensal

GDAC: Gratificação de Atividades Culturais

GSISTE: Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal

GT: Grupo de Trabalho

Ibram: Instituto Brasileiro de Museus

ICOM: Conselho Internacional de Museus

INBCM: Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LOA: Lei Orçamentária Anual

MCTI: Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINC: Ministério da Cultura

NBCT: Normas Brasileira de Contabilidade

OE: Objetivos Estratégicos
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
PAINT: Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PAM: Pesquisa Anual de Museus
PDTI: Plano Diretor de TI
PEN: Processo Eletrônico Nacional
PETI: Plano Estratégico de TI
PLOA: Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS: Plano de gestão de Logística Sustentável
PNC: Plano Nacional de Cultura
PNM: Política Nacional de Museus
PNSM: Plano Nacional Setorial de Museus
PPA: Plano Plurianual
PROFER: Procuradoria Federal
RAINT: Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RAP: Restos a pagar
SAD: Sistema de Avaliação de Desempenho SBM: Sistema Brasileiro de Museus
SCDP: Sistema de Concessão de Diárias e Passagens SEI: Sistema Eletrônico de Informações
SGI: Sistema de Gestão da Informação SNM: Semana Nacional de Museus UFG: Universidade Federal de Goiás
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Créditos

Participaram da elaboração deste Relatório de Gestão todas as áreas do Instituto, bem como seus 30 Museus.

Governo Federal

Presidente da República **Jair Messias Bolsonaro**

Ministro de Estado do Turismo **Gilson Machado**

Presidente do Instituto Brasileiro de Museus **Pedro Machado Mastrobuono**

Coordenação e Supervisão Geral da elaboração do Relatório de Gestão Ibram – 2020, formato integrado.

Chefe do Núcleo de Relações Institucionais **Marlon Duarte Barbosa e Fernanda Febrônio.**

Execução

Gabinete da Presidência

Departamento de Processos Museais - DPMUS

Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus - DDFEM

Departamento de Planejamento e Gestão Interna - DPGI

Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal - CGSIM

Núcleo de Relações Institucionais – NRI

Auditoria Interna – Audin

Museu Casa de Benjamin

Constant Museu Casa da Hera

Museu Casa da Princesa

Museu da Abolição

Museu da Inconfidência

Museu da República

Museu das Bandeiras

Museu das Missões

Museu de Arqueologia de Itaipu Museu de Arte Religiosa e Tradicional

Museu de Arte Sacra da Boa Morte Museu de Arte Sacra de Paraty

Museu do Diamante

Museu do Ouro / Casa de Borba Gato
Museu Forte Defensor Perpétuo
Museu Histórico de Alcântara
Museu Histórico Nacional
Museu Imperial / Casa de Cláudio de Souza /
Casa Geyer Museu Lasar Segall
Museu Nacional de Belas Artes
Museu Solar Monjardim
Museu Victor Meirelles

Arte

Assessoria de Comunicação - **ASCOM**

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação: **Emiliane Neves e Fernanda Febrônio**

Foto: **Banco de imagens da ASCOM**

RELATÓRIO DE GESTÃO

exercício 2020



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO

